

# ÁLVARO CALDAS

**Entrevistadores:** Carla Siqueira e Caio Barretto Briso

**Data da entrevista:** 28/08/2008

## **Qual o seu nome completo, local e data de nascimento?**

Machado Caldas, Machado era de minha mãe, mas eu não uso hoje. Se ela estivesse viva, estaria brigando comigo [risos]. Álvaro Machado Caldas, nasci em 26 de outubro de 1940, portanto, sou do signo de Escorpião e nasci em Goiânia, estado de Goiás.

## **Qual o nome e atividade de seus pais?**

Meu pai é médico e chama-se Valdemar da Silva Caldas, é médico clínico de interior e é um senhor médico desses que hoje não se produzem mais. E eu, por alguma coisa do destino, estava inclinado a ser médico também porque ele queria um filho médico em casa. Éramos seis filhos e o meu irmão mais velho, desde cedo, demonstrou forte inclinação para a Engenharia e para os números, então, era destinado à Engenharia. Então, o meu pai decidiu investir em mim. Durante um certo tempo, eu o satisfazia e dizia que ia ser médico, mas depois enfim eu cheguei à conclusão que não tinha nada a ver comigo. Eu já tinha uns 13, 14 anos e tratei a partir daí de procurar o meu rumo. Minha mãe se formou na escola normal, aquela coisa que antigamente tinha escola normal, mas ela era dona de casa. Era uma pessoa muito culta e interessada na vida dos filhos e foi através dela, quer dizer, com o incentivo dela, que começou o meu interesse pela leitura, de ler alguns livros em casa. Ela foi uma pessoa que me influenciou muito nesse sentido também.

## **Qual era o nome dela?**

Josefa, dona Josefa.

## **Como você veio parar no Rio de Janeiro?**

Eu fiz grupo escolar e o ginásio em Goiânia, mas não fui um bom aluno. Eu era uma cara que dava problema para os pais, repeti a primeira série do ginásio. Estudava

num colégio chamado Ateneu B. Bosco e depois passei para o Liceu, que era um colégio estadual, mas voltei a repeti na terceira série. E o que o meu pai fez? Ele pegou e me internou, me levou para Uberaba [MG], para um colégio Marista chamado Colégio Diocesano de Uberaba onde ele, meu pai, havia estudado. Meu pai saiu do interior de Goiás e até chegar em Uberaba... Mas eu fui então para Uberaba e lá eu acho que tomei jeito, quer dizer, morando sozinho – eu era interno – e aí eu descobri q minha verdadeira vocação: descobri que eu gostava de escrever e que eu gostava de leitura. Fui bom aluno em Uberaba para a satisfação dos meus pais, pois talvez o meu pai estava gastando o que não podia para a minha educação ali. Depois desse período em Uberaba, eu voltei para Goiânia e terminei o científico [atual ensino médio] já trabalhando num banco e depois fui funcionário público da Assembléia Legislativa, pois o meu tio era presidente da Assembléia Legislativa de Goiânia. A minha família tem uma atividade política forte em Goiás, embora nós da minha casa, meu pai e minha mãe, fôssemos de oposição. Mas os meus tios e o resto da família toda eram governistas, mais ligados aos partidos PSD [Partido Social Democrático] e PTB [Partido Trabalhista Brasileiro], que eram os partidos do governo. E meu pai sempre teve espírito de oposição, ele era udenista, quer dizer, seguia o [Carlos] Lacerda, o Afonso Arinos [de Melo Franco], e esses liberais da UDN [União Democrática Nacional]. Em casa, a gente lia muito jornal, o pai comprava a Tribuna da Imprensa – lá em Goiânia, a gente lia – e o Diário de Notícias, que eram os jornais do Rio de maior projeção nacional nessa época. Nós tínhamos uma formação em casa já próxima da leitura e do jornal, eu já escrevia alguns artigos para o jornal de Goiânia mesmo, quer dizer, eu mandava assim sem que ninguém pedisse. Então, num certo momento, eu vi que não podia ficar em Goiânia e que eu tinha que procurar o meu próprio rumo numa coisa maior do que a cidade de Goiânia. Foi quando eu decidi vir para o Rio, mas vim sem nada programado. Um amigo meu, que estudou comigo, sendo que o rumo dele era bem diferente porque ele queria cursar Engenharia, juntamos os dois, pegamos o ônibus e viemos para o Rio. Alugamos um quartinho num hotel no Flamengo, onde moramos por um mês mais ou menos e depois alugamos um quarto no apartamento de um senhor português ali no Flamengo ainda. O Flamengo era muito o destino de quem vinha de fora para o Rio: mineiro, goiano, nordestino, todo mundo parava no Flamengo. Então, alugamos o nosso quarto e ali que comecei, quer dizer, vivendo de mesada do meu pai, como ele também tinha o auxílio do pai. Aí eu fiz vestibular e passei para a Faculdade de Jornalismo da então Universidade do Brasil [atual Universidade Federal do Rio de Janeiro], no conjunto de faculdades chamado FNF (Faculdade Nacional de Filosofia) que funcionava ali no

Castelo [região localizada no centro do Rio de Janeiro] ao lado da *Maison de France* – como é que chama aquela rua lá?

**Avenida Antonio Carlos.**

Na [avenida] Antonio Carlos. E a FNFi era um centro de agitação política e cultural estudantil que rivalizava com o CACO [Centro Acadêmico Candido de Oliveira] da Faculdade Nacional de Direito. Eu entrei na Faculdade e comecei, então, a ter vida própria, desde cedo comecei a trabalhar numa coisa que hoje em dia não existe mais, que é o emprego estudantil. Eu comecei fazendo um jornalzinho na Faculdade com um amigo, que era estudante também e mais velho do que eu, chamado Walter Faria. O Walter me ajudou em algumas coisas, inclusive, foi ele também que ajudou a fazer a minha cabeça para eu me tornar depois um militante. Ele me levou para o Partidão [Partido Comunista Brasileiro] e, na Faculdade, naquele tempo, era difícil não estar ligado a uma organização. Então, eu vim para o Rio mais ou menos assim e aí eu comecei a trabalhar rapidamente, fazendo a faculdade eu comecei já a realizar trabalhos ligados ao jornalismo, que era a minha paixão.

**Álvaro, você entra na faculdade em que ano?**

Eu entrei na Faculdade acho que pouco depois... Não foi antes do golpe militar, foi em 1962, digamos que foi em 1962. Fiz o vestibular e fui bem aprovado, tive uma das melhores notas na redação em Português, inclusive, a redação era para dissertar sobre a relação do jornalismo com a história, uma tema interessante, não é. Eu entrei em 1962.

**Conte sobre sua experiência na imprensa estudantil. Quais eram os jornais e ligados a quais organizações?**

Ainda não havia muitas organizações não, principalmente, no pré-1964. Dominante, na esquerda, era o Partidão, o Partido Comunista Brasileiro. Tinha o pessoal da POLOP, que era a Política Operária. Mas os rachas, as divisões vão ocorrer mais adiante. Ali na Faculdade, eu comecei a fazer o jornal da própria faculdade, com o Walter Faria, que era o editor do jornal.

**Como chamava o jornal?**

Chamava-se *Momento*. Era um jornalzinho rodado em estêncil, já ouviram falar nisso? [risos] Que tristeza! A gente fazia aquilo... Eu fazia de tudo ali, eu era às vezes comentarista internacional, o Walter dizia: "Você vai fazer um artigo sobre tal negócio aí..." Eu escrevia e dali, pelas mãos ainda do Walter, eu vou para um jornal maior – mas ainda um jornal estudantil – que era o jornal da UNE [União Nacional

dos Estudantes] que se chama *Movimento*, que vem a ser o mesmo nome de um jornal que surgiu depois. E o *Movimento* foi realmente uma escola para mim, pois eu ali estava, nesse momento, fazendo faculdade e participando mais ativamente da chamada agitação estudantil e era repórter do *Movimento*. Eu estive lá inclusive na gestão do José Serra, o Serra que era o presidente da UNE. Mas o Serra era da AP [Ação Popular], uma organização que disputava com o Partidão a liderança do movimento estudantil.

**Quando você começou a participar do movimento estudantil, você já estava no Partidão?**

É, estou. Quando eu entro nessa fase, – eu não sei precisar exatamente quando foi – tinha uma formalidade para entrar: você era convidado para uma reunião e, nessa reunião, vinha um assistente do Comitê Central ou coisa equivalente e você era apresentado e era aprovado. Era aprovado assim: fazia-se esse sinal com o dedo [estalos]. Eu já devia estar no Partidão, nesse momento. Então, nós éramos ali um apoio, quer dizer, estávamos trabalhando de frente com a AP do Serra. O meu editor nesse jornal era um japonês de São Paulo chamado Kinjô, acho que era Wilson Kinjô... Enfim, era um japonês muito, mais muito, legal. Eu gostei muito de trabalhar com ele, pois ele era um bom jornalista também. E ali eu aprendi a fazer reportagem, aprendi a ir para a rua sozinho, eu me lembro que eu fui mandado pelo jornal da UNE para cobrir uma greve operária no porto de Santos [SP]. Então, eu saí um garoto daqui do Rio, como um repórter do *Movimento*, vou pernoitar em São Paulo, pegar um ônibus e ir para Santos, vou entrevistar a liderança operária do porto de Santos e volto para escrever a minha matéria. Depois eu fiz uma outra entrevista marcante também lá: houve uma espécie de levante durante o governo Jango [presidente João Goulart] ainda dos sargentos, foi um pouco antes do golpe, em Brasília. E esses sargentos depois – é claro, foram ameaçados de prisão e se esconderam – algum deles deve ter feito contato com a UNE, dizendo que estava clandestino no Hotel Plaza, em Copacabana. Sou eu mandado para entrevistar esse sargento entro no quarto do hotel e a primeira coisa que eu vejo é uma [pistola] 45 mm em cima da mesa. [risos] Eu falei: “Poxa, não dá para guardar isso aí não?” – “Não, não tem medo não, nós vamos conversar numa boa.” Aí fiz a entrevista com esse sargento. Então, eu comecei realmente a trabalhar como jornalista aí, quer dizer, foi uma escola realmente, porque além desses jornais que eu estou citando, tinha outros. no CACO, tinha um jornal, e tinha também o *Metropolitano*, que era um jornal maior que circulava, eu acho, encartado no Diário de Notícias, um jornal grande. Muita gente conhecida hoje trabalhou no *Metropolitano*, mas lá eu não cheguei a trabalhar não.

**A pauta do movimento não era meramente estudantil...**

Não, não. A UNE tinha a pretensão de estar participando de todas as atividades, estava naquela fase, eu diria, de um processo quase revolucionário, quer dizer, um processo de mudanças e de dar sustentação ao governo popular do João Goulart. Tinha um projeto de alfabetização popular muito importante na época que funcionava dentro da UNE. Lá eu conheci inclusive o Leopoldo Serran, esse roteirista que morreu na semana passada. Então, tinha muita gente conhecida lá.

**Quem mais estava com você no *Metropolitano*? O Artur da Távola ainda estava lá?**

O Artur da Távola era do *Metropolitano*, mas lá não foi o local que eu onde eu tive presença maior não, o jornal na época era o *Movimento*, que era o jornal da UNE.

**Álvaro, você falou que o *Movimento* foi uma escola de jornalismo para você. Ao mesmo tempo você estava na faculdade de Jornalismo. Como era essa faculdade naquela época?**

Olha, era ruim, quer dizer, do ponto de vista do que estudante pode pretender para a sua formação. Era ruim, mas tinha coisas interessantes também, por exemplo, o Zuenir [Ventura] foi meu professor na FNFi, foi um dos melhores professores que eu tive lá. Tinha um professor de Português, que era muito bom, porque essa coisa de jornalismo tem muito a ver com formação cultural e história. Se você tiver alguém que te ajude nisso aí, você tem muito mais possibilidade de se tornar um bom jornalista do que outro que não tenha essa abertura, essa visão. Então, ali tinha um professor de história bom, que era o Zé Mauricio, em Literatura tinha um cara muito bom – que eu não vou me lembrar o nome – que nos dava para ler bons autores aqui da América Latina, chilenos, peruanos, bolivianos, argentinos. Eu tomei contato com [o escritor argentino] Ernesto Sabato por indicação desse professor. Então, eu tinha... fora o ambiente que era fantástico! É um lugar do qual eu tenho muitas saudades, foi um momento em que tudo acontecia, de descoberta do mundo mesmo, da política e do jornalismo, amores. Eu conheci a Sueli, que foi minha mulher por muito tempo, lá na FNFi, era minha colega – não da mesma turma, porque eu acho que ela estudava num horário diferente. Mas eu conheci a Sueli lá na FNFi. O mundo ganhou para mim uma outra dimensão, até porque eu me politizei ali, eu vim de Goiânia com uma cabeça aberta, mas com essa formação udenista, liberal udenista, com disposição para a oposição por que eu tinha acompanhado isso em casa. Eu vi o meu pai uma vez botar o cartaz do Brigadeiro Eduardo Gomes, que disputava a eleição com o Getulio [Vargas] pela UDN, na

porta de casa. E eu ficava pensando: "Por que esse Eduardo Gomes está aqui? O que ele está fazendo aqui?" Mas o meu pai tinha esse interesse, ele e minha mãe, os dois. Eu vim para o Rio com uma disposição e com a mente muito aberta, foi fácil o meu contato com a esquerda, foi fácil! Naquele momento, então, era uma faísca que estava soltando fogo para todo lado. Quando eu tive contato com uma pessoa de esquerda, eu comecei a militar e a fazer as duas coisas juntas: militância e jornalismo.

### **Mas quando você começou mesmo a trabalhar em jornal?**

Ainda é aí nesse começo de faculdade porque eu mesmo o desejo de entrar logo. Eu tinha um professor chamado Nonato Machado, que era maranhense, Raimundo Nonato, mas ele não gostava do Raimundo não, só do Nonato. Ele se tornou meu amigo e eu até comprei uma máquina fotográfica usada dele depois. E ele era *copy* do [jornal] *O Globo*, era redator, e ele chegou na sala de aula e disse: "Tem uma vaga de repórter n' *O Globo*, alguém se interessa?" Eu ergui o dedo e junto comigo forma mais dois. Esse trabalho era à noite e eu estudava durante o dia. Então, eu fui para lá com o Baker, Francisco Baker, e mais um terceiro cujo nome eu não estou lembrando e aí eu fui o escolhido entre os três e fiquei n' *O Globo*. Eu comecei a minha atividade num grande jornal – n' *O Globo* – ainda no pré-1964, em meados de 1963, daí para a frente. Eu ia para *O Globo* à noite, pegava o meu onibuszinho e saltava em frente ao edifício "Balança mais não cai" [prédio residencial no centro do Rio de Janeiro] e caminhava até a redação d' *O Globo*. E fiz muita coisa a noite ali, quer dizer, não eram coisas muito importantes porque à noite... era coisa de Polícia, de Cidades, alguma homenagem, eleição na Academia Brasileira de Letras, eu fui cobrir algumas. Eu comecei, nesse momento, a minha atividade numa empresa jornalista mesmo, n' *O Globo*.

### **Quando você chega na redação do jornal *O Globo*, qual era a situação do jornal?**

*O Globo* era um jornal muito – deixa ver o termo – acadêmico, era uma coisa muito burocrática, um ambiente muito sisudo. Me intimidava um pouco aquilo, primeiro porque era a primeira vez que eu entrava numa redação de fato e segundo porque era uma coisa em que você não podia sentar meio esculhambado, não podia botar o pé em cima da cadeira, não podia... Então, tinha uma certa organização e eu já tinha frequentado algumas outras redações de passagem, já tinha ido na *Tribuna da Imprensa* e no *Diário de Notícias* porque a gente imprimia jornais alternativos nessas gráficas. Então, me intimidou um pouco, mas eu procurei me desenvolver e fazer todos os trabalhos que me davam lá. Mas acontece que eu estava nesse

momento fazendo o jornal da UNE, fazendo militância estudantil e, evidentemente, eu misturei tudo isso. Eu tinha vinte e poucos anos e não tive cabeça para separar tudo isso. Então, foi numa situação dessas que eu acabei perdendo o meu espaço n' *O Globo*, eu ainda não tinha sido contratado formalmente com carteira assinada não. Como houve uma passeata dessas grandes na cidade, eu estava lá como repórter d' *O Globo* e como passeatista, como membro da Faculdade de Jornalismo da FNFJ e como militante também. Isso foi levado à redação d' *O Globo* e isso para eles foi um pecado gravíssimo, não é, e é considerado até hoje um repórter se envolver com aquilo que está cobrindo, não dá uma boa coisa isso, não dá um bom resultado. Mas aconteceu, então, que eu fui demitido, fui afastado do grupo, mas já tinha feito ali boas relações e bons conhecimentos, já tinha também aprendido mais alguma coisa. E até contribuiu, a ajuda de custo que eu ganhava lá somada a que eu ganhava no movimento, me deu pela primeira vez uma independência financeira e o que eu fiz? Eu peguei uma carta, escrevi para o doutor Valdemar [seu pai] e juntei um cheque que ele tinha mandado e devolvi: "Grato pela sua ajuda, mas não preciso mais, já sou capaz de viver por minha própria conta." [risos] E essa coisa magoou-o, depois ele foi me dizer, mas no fundo ele gostou também porque viu que eu não estava mais precisando pegar o cheque que ele mandava todo mês. Embora fosse um cheque que não dava para grande coisa porque eu comia no [restaurante estudantil] Calabouço e eu fazia o que todo estudante faz: alugava quarto em casa [de terceiros], era uma despesa pequena, mas quem me mantinha era ele.

**Você disse que o seu posicionamento político divergia do jornal *O Globo*. Qual era o posicionamento d' *O Globo* nesse momento?**

Nesse momento, não é que ele fosse muito diferente, quer dizer, os jornais são empresas jornalísticas que tem os seus interesses, etc. mas *O Globo* sempre teve uma postura mais conservadora, muito mais reacionária, usando um termo que nós usávamos na época. *O Globo* passou, nessa fase, a ter uma postura editorial mais agressiva em relação ao governo do João Goulart. O Jango já era visto e apontado como um líder comunista, um comuna-sindicalista, já se trabalhava na oposição para o golpe que viria depois. E *O Globo* acompanhou isso, então, para qualquer manifestação na rua, o título d' *O Globo* era: "baderna, baderna não sei aonde." Era uma coisa que chocava, incomodava porque não existia aquilo que se exige dos jornais ou o que eles apregoam ter: uma certa isenção, objetividade. Não existia isso no jornal, já o *Jornal do Brasil* era mais cauteloso, sempre foi mais aberto, havia essa diferença entre esses dois grandes jornais do Rio na época.

**Então, você foi demitido d' *O Globo* e entra logo em seguida para o JB. Como foi essa entrada?**

Para mim, foi um grande acontecimento, não é, eu posso até dizer que foi bom eu ter saído d' *O Globo* porque eu pude tentar alguma coisa melhor. Eu tinha um amigo chamado Judávio Ribeiro, que já era repórter do JB e era conhecido na redação do JB como "praga de mãe". Se o Lemos esteve aqui – eu acho que esteve porque ele me falou – ele deve ter falado no "praga de mãe", porque quem botou esse apelido no Judávio foi ele. Tinha um bandido no Rio com esse nome – "praga de mãe" – e o Judávio cobriu alguma coisa do "praga de mãe" e incorporou o apelido. O Judávio freqüentava alguma coisa de faculdade comigo e me disse: "Se você quiser, eu te apresento lá no JB." Eu disse: "Quero amanhã, vamos fazer isso mais rápido." Aí me levou e eu fui apresentado ao chefe de reportagem do jornal que era o Jaime Negreiros – esse é um dos nomes que eu anotei na minha "cola" aqui porque eu não estava me lembrando ontem. O Jaime Negreiros era um profissional que já tinha trabalhado no *Correio da Manhã* e estava no JB como chefe de reportagem e, no primeiro dia em que eu estava trabalhando lá, recebi uma tarefa de cobrir uma manifestação de um setor do funcionalismo militar atingindo por algumas medidas e tinha perdido alguns direitos, não me lembro exatamente qual. Só me lembro que fui mandado cobrir isso e ganhei a primeira página junto com o fotógrafo, a foto dele saiu com uma chamadinha para o meu texto. Aquilo para mim foi uma coisa: ganhar a primeira página no primeiro dia, está indo tudo muito bem! Aí fiquei, abri e conquistei o meu espaço ali no JB, que era então o jornal brasileiro n. 1, era um jornal que já tinha feito algumas reformas gráficas e editoriais: criou essa primeira página que depois todo mundo copiou e criou o Caderno B, que também não existia, as notícias sobre cultura saíam dentro do Primeiro Caderno, depois todo mundo criou o seu Caderno B ou Segundo Caderno. Além disso, os melhores profissionais estavam no JB, pois o jornal pagava melhor que os concorrentes, então, era objeto de desejo de todo jornalista trabalhar no JB. E felizmente eu comecei de fato a minha carreira jornalística ali nesse ambiente.

**Álvaro, o JB tinha uma divisão entre os cargos de reportagem: repórter A, repórter B e repórter C. Como é que foi a sua evolução nesse quadro?**

Tinha sim. Eu fui contratado como repórter auxiliar, que era uma denominação que existia então na época, aí existia essas divisões e classificações de repórter B, C, D, E até chegar a A e Especial. Rapidamente eu consegui ser... Eu fiquei seis anos no Jornal do Brasil, eu entrei em 1964, depois do golpe... foi depois do golpe? Agora me deu uma dúvida aqui... É, foi logo depois do golpe, acho que foi em agosto de 1964. E eu fazia como repórter ali, eu estava na chamada reportagem geral, o que



hoje foi dividido, seccionado, não existe mais a geral. Porque a geral comportava pessoal desde educação, saúde, ciência, meio ambiente também nem pensar, principalmente, cidade e polícia, que eram os dois polos fortes da geral. Eu fui jogado na geral como todo mundo e eu acho que todo mundo deve realmente começar por aí, hoje seria na Cidade porque é aí que se rala, que se aprende, que vai para o morro, que se participa da vida mesmo. Você não pode formar um repórter num gabinete fechado fazendo pesquisa pelo [site] Google, você tem que ir para a rua. Ali eu fui para a rua mesmo e foi uma escola, o JB foi uma escola para mim de formação meso, de aprender tudo. Então, eu fiz de tudo aí, tive um segundo choque no sentido profissional de aprendizado: eu fui mandado um dia cobrir uma invasão do prédio onde funcionava a UME (União Metropolitana dos Estudantes), no prédio do Calabouço, ali no Castelo também. A Polícia foi lá e invadiu, prendeu gente, levou documento. O Luiz Orlando Carneiro, que era o meu chefe de reportagem, me mandou para lá com um fotógrafo. Eu voltei com um texto-denúncia, já voltei no carro do jornal matutando o meu lide – a gente fazia muito isso já chegava na redação com o lide na cabeça, você já está ganhando tempo – ali no carro já estava fazendo o meu lide. Chegue e escrevi a matéria, tranquilamente e rápido, entreguei e fiquei ansioso para ver no dia seguinte o que ia sair. No dia seguinte, quando eu me apresento para trabalhar, o Luiz Orlando Carneiro já me olhou de lado e disse: “Olha, o Lemos quer falar com você.” O Lemos é o Carlos Lemos, que era o secretário da redação, quer dizer, era a autoridade máxima da redação, acima dele só tinha o Dines, Alberto Dines, que era o diretor. Aí o Lemos me entregou um bilhetinho que ele tinha escrito e conversou rapidamente comigo, eu abri o bilhetinho e ele leu o seguinte: “O repórter deve ser neutro, objetivo, isento e assexuado.” [risos] Eu falei: “Poxa, eu não vou ser repórter, eu estou fora dessa!” Aí eu fui pensar no que eu tinha escrito, eu acho que eu fiz um lide meio esquentado, eu logicamente estava defendendo a minha turma que eram os estudantes. Então, no meu lide deve ter tido as informações necessárias: “A PM invadiu ontem o prédio da UME não sei onde e prendeu, quebrou máquinas, mais não sei o quê...” Mas acho que ele estava com algum dose de emoção além do necessário e eu aprendi aí com essa porrada: o repórter tem que ter uma certa distância daquilo que ele está cobrindo. Então, serviu de aprendizado.

**Ao mesmo tempo em que a sua militância podia levar a esse erro, de impregnar o texto de parcialidade, isso também não te garantia melhores fontes na cobertura do movimento estudantil e de toda a movimentação contra a ditadura?**

Sim, é claro, eu tinha, pelas minhas ligações ali e também já nos estágios superiores pelas minhas ligações políticas que foram crescendo. Nessa altura, eu já era membro de uma organização política chamada Dissidência, que foi um racha dentro do Partidão no setor estudantil no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Minas. Então, eu já era membro de uma organização política d=que já se denominava e já se propunha revolucionária. Para nós, o Partidão estava desempenhando um papel reformista de botar panos quentes nas coisas, de não dar apoio direto ao governo Jango, em suma, nós já estávamos tomando uma postura. Eu já tinha realmente uma militância e era uma militância separada da minha vida profissional. Tinha uma fase no JB que eu fazia as duas coisas, mas procurando manter uma certa distância entre elas. É difícil porque eu tinha que ser um repórter de terno e gravata enquanto estava no jornal – nessa época, o repórter trabalhava de gravata, você não ia para a redação como se vai hoje não – e lá fora, quando eu saía, era paletó no ombro e gravata frouxa, ia para a reunião ou fazer pichação, ou outras atividades. Então, eu tinha fontes e tinha ligações, poderia saber das coisas antes, mas era melhor eu não me envolver e eu passava as informações, então, para alguém ou para a própria chefia: “Vai haver tal coisa não sei aonde...” Até por táticas políticas já dentro da minha organização para qual eu fui depois da Dissidência, eu fui para o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Esses rachas na imprensa interessavam também a imprensa, muitas vezes eu peguei o Tarcisio Holanda, que era o repórter de Política do JB, e eu passava para ele: “Tarcisio, o Mario Alves está querendo dar uma entrevista.” O Mario Alves era o dirigente do Comitê Central do PCBR, então, eu fiz o contato do Mario Alves com o Tarcisio, por exemplo. Não era eu quem fazia, eu não poderia fazer isso porque seria expor a minha dupla face.

**Mas em que medida esses assuntos realmente viravam pauta? No pós-golpe, você tem também o desenvolvimento da censura. Então, qual era a situação da censura e em que medida esses assuntos interessavam a imprensa? E eles apareciam como?**

Interessavam. Houve uma fase de censura mais rigorosa logo após o golpe, após o golpe mesmo, após a revolução de 1964. Tanto que, nessa época, já empastelaram a *Última Hora*, incendiaram o prédio da UNE, onde funcionava o jornal *Movimento*. Havia a censura e a presença de militares fardos, mas eles também não sabiam como operar isso, era uma coisa nova para eles. Mandaram os militares entrarem na redação, mas é claro que, no *Jornal do Brasil*, eles não iam entrar quebrando e empastelando. Ficaram lá durante alguns dias, mas depois saíram, quer dizer, havia uma norma que determinados assunto não podiam ser tratados, mas ainda

havia um espaço. Até 1968 vai haver um espaço para publicar algumas coisas, eu me lembro que a primeira coisa que eu interessei fazer no *Jornal do Brasil* foi uma matéria de denúncia sobre a perseguição dentro das universidades, professores que tinham sido atingidos e punidos por algum daqueles atos institucionais. Houve ato 1, ato 2, ato 3, ato 4 até o ato 5, que foi um horror geral, não é. Então, eu tentei fazer essa matéria, mas essa eu não consegui fazer não, é uma matéria em que eu comecei aos poucos a frequentar a Universidade do Brasil e conversando com alguns professores, indo à UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], estava levantando dados para fazer uma matéria que tinha um caráter de denúncia mesmo de mostrar como as universidades tinham sido atingidas pelo golpe. Mas essa chegou a um ponto que tornou-se inviável, não deu para prosseguir.

**Mas quem te impediu: a censura ou o jornal?**

Foi o próprio jornal, ali eles disseram: “Não vale a pena, não vale a pena.”

**Álvaro, você falou em pichação, aproveita e conta como foi a sua prisão por conta disso.**

Pois é, eu já falei que eu sou um recordista de prisões. [risos] Foi na minha fase JB ainda, para você ver como eu fazia as duas coisas. Acho que nessa altura, eu já tinha concluído a faculdade, já tinha saído da faculdade, foi no início de 1967 essa prisão, foi no pré-AI-5. Essa pichação foi na época da passagem do governo do Castelo para o Costa e Silva – a troca se dá em 1967, não é? Eu acho que eu estava na Dissidência ainda, então, foi feita pela Dissidência. Foi noturna, é claro, saímos quatro rapazes. Eu enquanto jornalista, nesse momento, eu cobria o Palácio Guanabara para o *Jornal do Brasil*, para você ver como eu arrisquei ali a minha atividade profissional. Os outros três eram estudantes: o Prudente e o Aurelino, que era o dono do carro e vem a ser filho do Aurélio Buarque de Holanda, e era estudante de Química, todos eram membros da Dissidência. E nós íamos pichar coisas do tipo: “a ditadura continua” ou “é apenas uma tropa de ditador” era para dizer que continuava tudo a mesma coisa seja com o Costa e Silva ou o Castelo [Branco]. Nossa área de pichação era o centro da cidade pegando a Praça Mauá e início do cais do Porto. Então, saímos os quatro com um bastão, hoje quando você vai pichar, você pega – como é que chama isso com que você escreve no muro? É uma coisa muito fácil, mas o bastão era uma coisa feita, era uma trabalhadeira, pois você pegava a tinta de sapato e colocava para derreter na panela com sebo de boi, entendeu, aquilo passava um noite fervendo. Depois colocava nos tubinhos para fazer os bastões e isso exigia uma engenharia incrível. Então, fomos pichar num Gordini, num carro chamado Gordini que o Aurélio tinha. Fizemos a pichação na

Praça XV e houve uma correria porque um guarda portuário viu e veio em cima. Nós saímos correndo e tudo bem, continuamos a fazer mais ali pelo cais do Porto. Terminamos a nossa tarefa e tinha um ponto – o ponto é um lugar em que a gente marcava um encontro com alguém da direção da DI [Dissidência] que ia fazer um balanço das pichações da noite. O ponto era no Beco da Fome, no Leme. Então, entramos no carro todo mundo assobiando tranqüilo, pois tinha cumprido a tarefa. Aí o Aurelino teve uma idéia: passamos por baixos daqueles arcos de pedestres do Aterro [do Flamengo] que fica em frente ao Hotel Gloria. O Aurelino falou: “Vamos pichar esse arco porque todo mundo que passar de ônibus vai ver isso.” Paramos o carro em frente ao Hotel Gloria e fomos lá fazer a nossa pichação, que já era uma gratificação, uma brincadeira fora da tarefa que já tinha sido cumprida. Aí chegamos lá e dois subiram na passarela para escrever e outros dois ficamos embaixo fazendo segurança para qualquer coisa. Mas aí apareceu um carrinho da PM, fomos apanhados em flagrantes e o que fizemos? Nós corremos e, nessa correria, os caras começaram a atirar e, quando começaram a atirar, nós paramos, pois um tiro pelas costas não dá pé. Paramos e fomos presos, então, fomos parar numa delegacia ali no Catete, na [rua] Pedro Américo e, na delegacia, o cara entendeu que não era com ele, que era uma atividade política e nos enviou para o DOPS [Departamento de Ordem Política e Social]. Então, fomos para o DOPS já de madrugada e dormimos no DOPS, foi aberto um inquérito e, no dia seguinte, ficou essa coisa ali dentro do jornal: – “O Álvaro pichando, não é possível!” [risos] Realmente, não era para ser possível não, mas aconteceu e nós ficamos mais dois dias ainda no DOPS. Eu tive plena solidariedade do jornal, se tivesse n’O *Globo*, não teria, para você ver a diferença de casas, não é. Eram chefes lá: o Lemos, o Luis Orlando Carneiro, o Dines. E o pessoal do Palácio [Guanabara] também, aonde eu era setorista e ia lá diariamente, o pessoal da assessoria de imprensa do governador Negrão de Lima, o Sergio Guimarães, que era o chefe da assessoria dele também foi me visitar no DOPS e me deu um apoio. E depois de dois dias, eles conseguiram contratar um advogado e o processo foi aberto como dano ao patrimônio público, perdeu a conotação política e ficou como dano ao patrimônio público, pois nós estávamos danificando o patrimônio público, sujando. E eu voltei à redação do jornal, humildemente de cabeça baixa, depois do terceiro dia de prisão, todo mundo me olhando esquisito. Mas eu tive ali a compreensão e a lealdade dos chefes, o Luis Orlando só me disse: “Você vai sair do Palácio, pois eu não posso deixar mais você lá. Bom, você vai para a [seção] Cidade e vai cobrir trânsito.” E eu iniciei uma fase como repórter de trânsito do JB, que foi uma fase muito boa também.

### **Álvaro, ninguém disse que você tinha que parar de pichar?**

Como assim?

### **Ninguém disse que você tinha que parar com as pichações e as outras atividades do movimento político?**

Não, caberia ali eu mesmo ter discernimento disso, não é, eu acho que eu podia ter me afastado disso nesse momento porque eu já não era como os outros, que eram simples estudantes. Eu não era mais estudante, como eu comecei a trabalhar muito cedo, eu tinha essa diferença e eu devia ter me preservado mais, mas não tinha ambiente para isso. Acho que era uma coisa... já começa aquele clima, no pós-1964, já vai avançando esse clima de revolução, de mudar o poder... Então, isso funcionava também como uma pressão em cima dos militantes, você não podia fraquejar, você não podia vacilar, não podia recusar tarefas. O bom militante é aquele que enfrenta qualquer tarefa que lhe é dada. Então, tinha um pouco desse espírito também .

### **Outros jornalistas também tinham ligação com organizações políticas de esquerda e também criava-se esse tipo de conflito? Como é que era?**

Há níveis e níveis de militância e ligação. Eu acho que o pessoal do Partidão, por exemplo, agia de outra forma, não tinha a postura de enfrentamento que nós tínhamos, então, não tinha cobrança interna, digamos, para isso. Até o contrário: eram bases – quer dizer os partidos formavam bases nos locais de trabalho. Tinha uma base de jornalistas, uma base de bancários, uma base de... E essa base trabalhava ali dentro fazendo reivindicações salariais e contra a censura, coisas do dia-a-dia do trabalho. Mas as ambições políticas nossas dos que fizeram essa opção pela luta armada, digamos, eram maiores e exigiam mais compromisso, não bastava essa coisa burocrática de uma reunião de trabalho ou de conseguir colocar uma denúncia nas páginas. Nós tínhamos a ambição política de mudar o mundo, caramba! Não era pouco não, isso aí era uma coisa pesada. Eu trabalhei nessa época também, por exemplo, com o [Fernando] Gabeira, na fase em que ele estava na pesquisa –acho que ele chefiou a pesquisa – que era uma das novidades do *Jornal do Brasil* que foi criar um departamento de pesquisa, coisa que nenhum outro jornal tinha. E a gente trocava algumas figurinhas, eu e o Gabeira, fizemos algumas reuniões juntos como jornalistas e até na fase posterior que foi a definição pela organização, que era uma definição mais séria: qual era a organização? Eu me lembro até de ter entregue a ele um documento produzido pelo Mario Alves e pelo Apolônio de Carvalho, que viriam ser os dirigentes do PCB, um documento chamado LUAR, que era uma abreviação para luta armada. Quer dizer, eu estava tentando

inclusive atraí-lo para o grupo que eu era simpático nesse momento, que era o pessoal da Corrente, que veio a dar depois no PCB. Mas ele acabou tomando outro rumo: ele acabou se ligando ao pessoal do MR-8 [Movimento Revolucionário 8 de Outubro] que é o pessoal que vai fazer o seqüestro do [embaixador americano Charles] Elbrick. Então, tinha ali na redação mais simpatizantes do que militantes, a diferença que tem que ficar nítida é essa.

**Mas alguma organização predominava entre os jornalistas, mesmo que fosse só entre os simpatizantes?**

Acho que o Partidão sim acho que sempre foi dominante no jornalismo, embora na base de jornalismo do PCB tinha muita gente: tinha gente do *Correio* [da Manhã], tinha gente de sucursal, tinha uns dez jornalistas ali, mas do JB era só eu, tinha vários outros de outras redações.

**Desde 1964 começam a surgir as denúncias de tortura: no Correio da Manhã, a matéria que o Marcio Moreira Alves fez no Recife, talvez seja uma das primeiras denúncias. Em que medida essas notícias sobre torturas praticadas pelos militares começam a aparecer e qual a repercussão delas?**

Essa fase, inclusive, foi meio ambígua, a respeito da tortura, pois ainda era possível publicar coisas, dependendo da forma como se fazia. Então, começaram a aparecer porque nessa fase pós-1964 houve muita arbitrariedade que vai acontecer numa escala superior depois do AI-5 [Ato Institucional n. 5], mas em 1964 também tinha muita. Quantos políticos tiveram os seus mandatos cassados? Quantos dirigentes sindicais foram afastados? Quantos sindicatos foram postos em intervenção? Quantos diretórios acadêmicos foram fechados? Tudo isso foi em 1964! Então... Quantos inquéritos policiais-militares [IPM's] foram abertos? Inúmeros! E a gente cobria, eu me lembro que eu ia cobrir: "Olha, vai ter um depoimento hoje do IPM da Petrobras." Que era o inquérito policial-militar para apurar subversão na Petrobras. Então, noticiava-se isso, vinha lá uma notícia, o repórter escrevia e saía. Aí poderia haver uma denúncia de tortura, poderia. Nessa época, era substituída por maus-tratos, a palavra tortura acho que era muito forte e havia um certo pudor, um certo medo ou censura mesmo para não usar a tortura. Mas teve vários casos nesse período ainda pré-AI n. 5 que foram tratados por todos os jornais. Aí entra a diferença de um jornal para o outro: você tem um espaço maior para publicar isso no *Jornal do Brasil* e menor no *O Globo* porque *O Globo* não estava muito interessado nisso, ele estava mais interessado na versão oficial naquilo que o regime e que o órgão repressor oficial vai divulgar, eu sei que o *Jornal do Brasil* fez diferente ao lado do *Estado de São Paulo*, por exemplo, que também foi um jornal

que brigou contra a censura, muito mais do que *A Folha [de São Paulo]*. Por quê? Porque o Estadão tinha uma postura muito liberal que era uma coisa tradicional dos Mesquita que era família dona do jornal. Já tinham apanhado da ditadura de Getulio Vargas, então, eles respeitavam a liberdade de imprensa. Outros não respeitaram... Mas ali no Estadão, mesmo eles apoiando o regime, porque apoiaram o golpe, ele foi contra essas manifestações.

**Você ainda estava no JB quando foi decretado o AI-5. Você se lembra onde você estava nesse dia e como o jornal noticiou o AI-5? O JB particularmente tem aquela célebre página...**

É... a previsão do tempo: tempo nublado sujeito a chuvas e trovoadas e mais não sei o quê... Nesse momento, eu já tinha me tornado repórter especial do JB, já tinha chegado lá ao meu pico como repórter, tinha feito algumas viagens e, como repórter, já tinha expandido um pouco a minha área de atuação. Já tinha feito muita coisa interessante a ressaltar nesse período pelo seguinte: em relação à repórter, assinava-se muito pouca matéria porque era uma norma da redação. E hoje vulgarizou-se a assinatura, assina-se qualquer besteira: nego pega um release, reescreve e assina. Na minha época como jornalista, como repórter ali, era preciso gramar para assinar [uma reportagem], era preciso suar a camisa, era preciso trabalhar mesmo, apurar e apresentar a matéria com um ângulo original, com uma novidade, aí você edita o nome lá e o seu nome tinha que ser sancionado pela chefia. Então, muita coisa que eu fiz não foi assinada, a maior parte do material que eu fiz não foi assinada. Ao contrário do que ocorre hoje porque não se assinava, assinar era uma coisa que exigia uma consideração e um respeito grande. Então, você me perguntou sobre o AI-5: nessa noite do AI-5, eu fui enviado pelo jornal para o Palácio Laranjeiras que era a residência do presidente aqui no Rio e foi lá que houve a reunião do Costa e Silva com os ministros dele, onde houve a aprovação do AI-5. Evidentemente, havia um grupo de repórteres, todos os jornais estavam ali, mas ninguém teve acesso aquela reunião, no máximo, eu acho que foi distribuído um texto que eu levei para a redação. Mas já levei com um medo danado tanto que nesta noite eu não dormi em casa, fui dormir num abrigo que eu arrumei e saí de casa. Porque nós sabíamos que viria imediatamente um "caça às bruxas" aí, uma repressão forte. E houve de fato, já prenderam algumas pessoas nessa madrugada e fecharam outras instituições, começaram a repressão por ali. Então, era um clima de medo, eu tive medo e, quando eu cheguei na redação, tinha-se medo, esperava-se pelo pior. Quer dizer, eu não participei, eu não vi o fechamento da edição, dessa página que o Dines, o Lemos e o Silveira fizeram lá, eu não vi. Mas eu fui para casa dormir realmente amedrontado, voltei para

trabalhar amedrontado, e já ali você entra numa fase em que está tudo mais aberto, você pode ser atingido sem saber de onde e nem por quê. E como eu tinha militância, então, tinha que me preocupar mais com isso e passei a trabalhar muito amedrontada daí para a frente.

**Esquecemos de perguntar sobre o contexto antes do AI-5, que é toda a movimentação que vai culminar na Passeata dos Cem Mil, a morte o Edson Luis e todos os fatos que marcam 1968. E qual a sua avaliação da forma como os jornais cobriram essa escalada contra o regime?**

Pois é, eu vou falar pelo *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* deu bastante espaço para isso: à morte do Edson, ao velório lá na Assembléia Legislativa e ao enterro no dia seguinte que paralisou o Rio, foi uma passeata imensa dali na Assembléia a pé até o [cemitério] São João Batista. E o jornal botou gente na rua, meia dúzia de repórteres e meia dúzia de fotógrafos, uma equipe grande. Eu me lembro dessas coberturas e participei delas muitas vezes. O *Jornal do Brasil* funcionava na [avenida] Rio Branco n. 118 e, para voltar para a redação, se tinha que passar por vários bloqueios policiais e na própria frente do jornal, tinha um batalhão de PM protegendo o jornal. Então, o *Jornal do Brasil* pela sua localização privilegiada, no centro da cidade, ali mesmo na sacada do andar onde ficava o *copydesk*, a gente via passar as passeatas, as bombas e as pessoas correndo, aquela coisa toda. Mas eu não estava em cima, estava lá embaixo na rua cobrindo. Então, teve um espaço bom. Eu acho que isso aí foi mesmo os jornais que procuraram e viram que isso tinha importância e que era notícia e procuraram dar um destaque maior. Os fotógrafos, inclusive o Evandro Teixeira que hoje recentemente publicou um livro sobre as fotos dele desse período – “100 rostos”, eu não sei como se chama o livro – [na verdade, o livro chama-se “68: Destinos – A Passeata dos 100 Mil”]. Ele ampliou a foto da Passeata dos 100 Mil e pegou 100 rostos ali, identificou e entrevistou essas pessoas depois. Então, eram coberturas com embate mesmo, com polícia e, muitas vezes, eu estava ao lado de Evandro, de Hamilton Correa ou de Alberto Jacob que era um outro repórter muito presente nas ruas e as máquinas deles eram tomadas. Nós repórteres, éramos mais fáceis nos esconder, porque só estávamos com uma canetinha e um bloco. Mas eu preferia trabalhar com lauda, dobrava as laudas em quatro e botava no bolso aqui - era mais fácil esconder – eu ia anotando e numerando. Então, os repórteres eram mais fácil se livrarem, eles não, pois tinha o equipamento que era muito caro. E muitas vezes eu vi eles tentando enganar o policial e tirar o filme antes de entregar a máquina, quer dizer, tudo isso, esse constrangimento, essa força a gente encontrava na rua no trabalho. Mas fazia parte e a gente fazia isso com um tesão e uma vontade incrível. Acho que



uma coisa boa do jornalismo dessa época era isso: se fazia com muita paixão e com muita vontade. Porque tinha também a coisa da denúncia, você estava trabalhando, mas no fundo, era uma causa, pois você estava lutando para defender direitos, para defender liberdades, a democracia, contra a censura. Isso te dava uma força enorme e uma busca da verdade. Voltava para a redação e como a gente dizia: "Bota nas pretinhas aí!" E "botar nas pretinhas" era botar aquela história que você viu nas pretinhas e ver depois impresso. Então, era uma coisa que hoje não existe mais: essa vibração e essa paixão que eu acho que o jornalismo exige, eu acho que hoje não tem. Até porque os jornais são outros também e as redações são muito diferentes, não tem nada mais... A redação antiga era um lugar interessantíssimo e mágico que pulsava vida e hoje uma redação é um escritório, hoje você entra numa redação é como um escritório com ar refrigerado e iluminação permanente, cada grupinho no seu nicho. A gente não, nego entrava na redação e já contava a história que ele ia escrever e você participava da história dele. Valério Meinel, por exemplo, que era um dos melhores repórteres de polícia com quem eu já trabalhei – ele trabalhou no Correio da Manhã e depois eu o encontrei na Folha de São Paulo – ele tirava uma lauda para escrever, botava na máquina e começava a fazer o lide dele e não acertava. Ele dizia: "Porra, vou pegar uma lauda lá no meio para ver se o lide está lá..." [risos] Aí pegava uma lauda lá embaixo, enfiava [na máquina] e conseguia fazer o lide. Ele contaminava todo mundo em volta com o drama dele de não encontrar o lide. Mas era uma coisa que todo mundo participavam era uma coisa boa, hoje não tem mais isso. Realmente, a redação deixou de ser esse lugar...

**Álvaro, você comentou então que, com o anúncio do AI-5, você começou a perceber e temer pelo que poderia acontecer. Em que momento você decidiu ir para a clandestinidade?**

Não sou eu que decido, foram as circunstâncias nas quais eu estava envolvido. Eu continuo nesse ano de 1968 no JB, acho que é nesse ano que eu faço uma viagem a Manaus para cobrir uma expedição de um padre que tinha desaparecido na selva amazônica. Um expedição em que ele ia fazer contato com índios – padre João Calleri – e ele de repente sumiu da expedição e todos os jornais mandaram enviados especiais para lá. Eu fui pelo JB e levei até uma arma, eu e o fotógrafo Ronaldo Theobaldo. Aí começamos o trabalho lá com repórteres de outros jornais procurando vestígios da expedição e fazendo contato com indigenistas até que descobrimos – eu dei esse furo, fui eu que descobri através de um repórter do JB que tinha lá, tinha um repórter que já era correspondente lá. Ele me deu a pista e eu consegui checar que a expedição tinha sido dizimada pelos índios há dias atrás,

eles foram fazer um contato de aculturação, mas foram mal recebidos e os índios mataram todos. Isso é também muito revelador de um momento de trabalho de equipamento eletrônico que você dispõe e nós não tínhamos nada, o pessoal do Estadão estava com uma maquininha – estava começando a aparecer isso – que enviava foto, quer dizer, isso já era uma vantagem sobre o concorrente imensa. E nós, para enviarmos texto, tínhamos que ir para um posto dos Correios com a matéria batida na máquina e pedir para o teletipista lá para escreve isso e enviar por telex. Hoje você imagina um correspondente numa viagem dessa e os meios que ele dispõe de foto e texto direto na hora via computador, não é, não tem mais esse problema. Era difícil, pois o repórter quando estava viajando tinha uma dificuldade de comunicação: às vezes, você passava a matéria pelo telefone ou então telex. Mas você me perguntou...

### **Sobre a clandestinidade. Você vai para Manaus...**

Tudo bem. Eu voltei e retomei as minhas atividades aqui... Essa decisão de ir para a clandestinidade acontece em 1969, quer dizer, já é após AI-5 e o seqüestro do [embaixador norte-americano] Elbrick, as organizações de luta armada já estavam num processo mais avançado de luta. Surgiram organizações novas e algumas bem militaristas mesmo como a VPR [Vanguarda Popular Revolucionária] do Lamarca, VAR-Palmares [Vanguarda Armada Revolucionária Palmares] e o grupo do Marighela da ALN [Aliança Libertadora Nacional] também era muito militarista. Porque nós da minha geração tínhamos a pretensão de fazer um trabalho político também porque nós tínhamos uma formação política, viemos boa parte do Partidão, os dois principais dirigentes do PCBR: o Apolônio de Carvalho, que eu acho uma figura mitológica sensacional e um homem de uma grandeza ímpar que foi resistente na França, lutou na Guerra Civil Espanhola, foi formador do PT [Partido dos Trabalhadores]. Ele saiu daqui trocado após o sequestro [do embaixador americano], depois eu tive preso com o Apolônio. Então, era um quadro de políticos, nossa geração tinha essa ambigüidade, pois nós queríamos fazer trabalho político de formar operários e formar lideranças em outros setores. Não era sair por aí e fazer ação como boa parte das demais organizações fazia. Mas a força que isso tomou dentro da dentro da esquerda e se impôs foi enorme. E nós nos vimos levados por esse vento fortíssimo das ações: "as ações são um milagre, as ações resolvem tudo." Depois do sucesso do seqüestro do Elbrick então, isso virou uma coisa, uma panacéia. Então, nós do PCBR já estávamos nesse processo também e tinha havido uma disputa interna muito grande dentro do partido, pois uma linha mais militarista pró-instalação de um foco guerrilheiro ganhou essa luta liderada pelo Mario Alves e, na outra ponta, a gente tinha o Apolônio de Carvalho. Então, o

PCBR começou também a fazer ações até para não ficar para trás e ser chamado de reformista, até para não... E foi no desenrolar de uma ação dessas que eu fui levado para a clandestinidade, foi uma ação de assalto a banco em Brás de Pina e pelo qual eu tinha tomado parte nos preparativos da organização dos grupos que iam. E o meu carro – eu tinha um fusquinha – foi usado na ação, não diretamente no assalto ao banco, mas num segundo estágio onde o grupo que faz a ação troca de carro. O carro que foi usado na ação era um carro que foi roubado antes, foi tomado de seus donos para participar da ação e o meu era o segundo carro que eles tomavam quando eles deixavam este. Só que a dupla que entrou no meu carro foi perseguida, pois passou um carro da PM que desconfiou de alguma coisa. Eles se assustaram, iniciaram uma correria e os PMs foram atrás, atiraram no carro, os dois desceram. Um deles era um ex-marinheiro treinado, quer dizer, não era um ex-estudante, era um militar com capacidade de participar de ação muito maior do que a maioria dos nossos militantes, que eram ex-estudantes. O outro, que era um estudante, ficou meio sem reação. Esse um ex-marinheiro reagiu e atirou, matou um sargento da PM e a outra pessoa foi presa. Ele me conhecia pra caramba, participei de mil reuniões com ele, sabia onde eu morava, sabia tudo da minha vida. Então, nessa noite, eu estava no *Jornal do Brasil* e estava também trabalhando nessa época para a *Folha de São Paulo*, ali na [avenida] Rio Branco, quer dizer, era uma *Folha de São Paulo* diferente dessa *Folha* de hoje. A *Folha* anterior era a gestão Otavinho [Otávio Frias Filho], o dono era o pai dele, eu já fazia matérias para a *Folha* antes de ir para o *Jornal do Brasil*. eu cobria a área sindical para o JB e a *Folha* dava um espaço imenso para isso porque eu cobria também com essa ótica de protestos de sindicatos, greves de bancários, essa coisa, e eles não faziam essa cobertura em São Paulo, então, eu era manchete da *Folha* quase todo dia. Bom, eu chego na sucursal da *Folha*, e fico sabendo pelo rádio que tinha ocorrido um tiroteio numa ação de banco naquela tarde. E eu pensei logo: “Será que foi a nossa?” E foi a nossa, eu acabo checando, eu já fui para o jornal com a disposição de sair do jornal. O Carlos Prata era o meu chefe de reportagem, eu falei para ele: “Eu vou ter que sair do jornal urgente, pois aconteceu um problema seríssimo na minha família, vou ter que largar tudo.” Eu limpei a minha gaveta e saí do jornal porque eu sabia que eu estava indo para a clandestinidade. Eu não podia voltar para casa porque o Paranhos estava preso e sob tortura e havia mil possibilidades de ele falar sobre e também o meu carro que estava no meu nome, o meu fusquinha chamado de “gigante da colina” porque vascaíno que sou, eu tinha ganho o plasticozinho com o escudo em baixo e com esse dito em baixo: “gigante da colina”. O carro era famoso no PCBR e era chamado de “gigante” porque ele serviu para muitas tarefas: conduzia gente para cá, levava gente para

lá, participava de pichação, era um carro bem conhecido. Até que, nesse dia, foi a última missão dele, foi preso também junto com o Paranhos – eu falei até o nome do cara, eu não queria falar – que foi preso e torturado. Você imagina uma pessoa ser presa na circunstância em que ele foi, morre um cara da polícia no ato da prisão dele. Ele foi massacrado, massacrado. Ele falou e contou algumas coisas. Nessa mesma noite, eu fui em casa e falei para a Sueli: “Olha, nós temos que nos mudar daqui, não dá para ficar mais.” Eu contei o que tinha ocorrido que caiu o pessoal nessa ação. E aí ela tomou um destino, ela foi para a casa de parentes levando o Leonardo, nosso filho, e eu fui para o ponto da organização, em Ipanema, no Jardim de Alah. Em meio a alguns chopes ali, fizemos o balanço trágico da noite e eu fui para um aparelho da organização ali na Tijuca, iniciando a minha fase de clandestinidade. Eu larguei o *Jornal do Brasil* larguei o jornalismo, larguei tudo, família e amigos, tudo, nessa noite quando caiu essa ação.

### **Qual é a sensação da clandestinidade? Como é estar clandestino?**

É uma sensação de falta, você sente falta de tudo. É uma sensação dolorosa pela falta que você tem, quer dizer, sua vida torna-se outra e pelos riscos que você está assumindo. Naquele momento eu deixei de ser uma pessoa legal com endereço e nome, etc. e tal. Trabalho fixo, tudo isso que eu tinha feito e conquistado até ali acabou nesse momento. Minha vida acabou e isso era uma sensação... E tinha medo também porque eu passo a crer que estou sendo vigiado, estou sendo procurado como de fato parecia ser, como todas as pessoas que tiveram suas identidades reveladas a partir desse episódio e de outros tantos, pois em outras ações aconteceram coisas semelhantes. Vou para a Tijuca e lá vou habitar num apartamento – digamos, no jargão da esquerda, isso era chamado de aparelho e eram um local em que as pessoas ficavam – com outro militante do PCBR, o Silvena que tinha participado da ação do banco como motorista da ação. Então, iniciamos ali um período de clandestinidade e militância clandestina até que ocorre a minha prisão que se deu três meses depois.

### **Em quais circunstâncias acontece a sua prisão?**

Em circunstância mesmo de militância, eu já tinha mudado de endereço algumas vezes e, desse aparelho aí, fui para uma casa de uma família também na Tijuca. Nessa época, também tinha muito disso, as pessoas ajudavam, que não eram ligadas a coisa nenhuma, mas tinham simpatia porque: “fulano está sendo perseguido e, se for preso, vai ser torturado e pode ser morto”. Então, fui para casa de um casal de pessoas que até hoje eu não sei quem é, me hospedaram na casa deles. Tudo isso contato de gente da organização, ligada à organização, era ela que

estava cuidando da minha vida. Depois eu fui para a casa de um amigo chamado Valdomiro, no Engenho de Dentro, e depois eu alugo – aí a Sueli também já tinha feito um périplo familiar – e eu então alugo um apartamento numa vila no Engenho de Dentro. Aí já com uma outra identidade, com uma outra cara, era uma outra pessoa. Eu já não sou mais o Álvaro Caldas, eu era um militante com um nome dentro da organização que estava providenciando documento para mim com esse novo nome, já tinha tirado a fotografia e já tinha mandado gente da infra-estrutura da organização cuidar disso. E eu estava ali junto com a Sueli e, nesse ínterim, que foi um período de muita tensão e muita dificuldade, nasce a Flavia que é a minha segunda filha com a Sueli clandestina. Para ter a Flavia, ela teve que entrar no hospital porque ela combinou com o médico dela, o ginecologista Dr. João, de levá-la ao hospital com outro nome, porque ela também estava sendo procurada por ter militância. Ela vai com outro nome, é atendida e tem a Flavia. Eu tinha um código para ligar para a mãe dela e saber se “a primavera já tinha chegado”, ou coisa desse tipo. A mãe dela me informou que a Flavia nasceu e o máximo que eu podia fazer era ir para um boteco, tomar cerveja e fazer um brinde para a Flavia, que não era Flavia ainda, era para ser Fernanda o nome dela. Então, a Flavia nasce aí nessa circunstância, nessa correria, nesse atropelo, nesse terror porque estava ocorrendo muitas quedas dentro do PCBR. Nessa época, cai o Mario Alves e cai o Apolônio, caiu os dois dirigentes maiores da organização, que estava sendo já muito atingida. E nesse lugar, eu iniciei uma vida, eu me identifico lá como professor, tinha uma pastinha, e eu saía de manhã para reunião ou fazer ponto, as atividades do partido. A Sueli ficava em casa, pois a Flavia tinha meses, ela nasceu em dezembro de 1969. E continuo com essa atividade e com essa militância procurando me esquivar na rua com medo de ser seguido quando eu voltava para casa de alguma atividade, eu pegava um ônibus e saltava num ponto, pegava um outro ônibus de uma outra linha para despistar qualquer possibilidade de estar sendo seguido até em casa. Era uma vida assim, uma vida que vocês podem imaginar de muito temor, uma vida muito difícil. E a outra opção que eu tinha era me exilar, o que muitos fizeram quando chegou esse momento aí. Mas eu resolvi ficar, eu não sei dizer que motivos, se foi essa ligação e se essa coisa estava muito forte dentro de mim nesse momento e eu resolvi não correr o risco do exílio. Porque também ir para o exílio era difícil, pois você tinha que arrumar um contexto. As vezes alguns entravam em embaixadas aqui e depois as embaixadas foram pressionadas e deixaram de receber. Então, você tinha que arrumar uma trilha e os contatos para fazer a viagem sozinho, passava pela Bolívia, depois ia para o Chile ou para Cuba, para onde fosse. Mas eu resolvi ficar, eu tinha a impressão seguinte: eu ia ser morto, porque nesse instante dentro da organização tudo estava sendo militarizado, eu

deixaria de ser um quadro político como eu sempre fui e passaria a ser um quadro militarista, quer dizer, seria colocado para fazer ações. E aí eu ia ser eliminado, não tinha a menor dúvida disso. Mas veio a prisão antes, o que de certa forma resolveu esse impasse. A prisão aconteceu num ponto com uma militante do PCBR que eu tinha mais contato na direção regional, mas ela tinha sido presa e eu não sabia. Para você ver como é que as coisas estavam, as quedas estavam intensas. Ela foi presa e eu não sabia da queda dela, e tinha ponto com ela numa manhã de sábado. Eu saí de casa já muito preocupado, eu falei com a Sueli: "Se eu não voltar até tantas horas, você vai para a casa da sua mãe, pede para alguém te buscar ou pega um taxi e vai para lá." Eu fiz um primeiro ponto de manha com um cara chamado Marcão do PCBR, que também não apareceu no ponto. Indício de quê? De que ele tinha caído. Naquele momento, faltar a um ponto era uma grave irresponsabilidade. E eu tinha um segundo ponto, que era com essa moça, vou para o ponto e lá dou uma olhada no local antes para ver como é que estava a barra, tinha um botequim na esquina e um cinema antigo do outro lado. Aí vou para o ponto e mal eu entro na calçada onde ficava esse cinema, sou cercado e param carros vindos de todos os lados, nego já com metralhadora e com arma pesada. E um deles até tirou uma foto minha do bolso e olhou para mim para conferir se era eu mesmo. Aí pronto, acabou, eu fui imediatamente preso, eu ainda vejo ela num dos carros caída lá trás e, nesse mesmo dia, nessa mesma manhã, foi preso comigo e fomos juntos para o DOI-CODI [Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna] o René de Carvalho, que era filho do Apolônio, e fomos levados juntos os dois. Então, aí acabou, esse momento é um momento crucial, marcante e definitivo. Eles já tinham muito conhecimento a meu respeito, mesmo porque quando eu saí de casa, eles invadiram a minha casa logo depois, roubaram coisas, roubaram roupas, aparelho de TV, roubaram uísque, o que eles puderam roubar. Eles roubavam muito... Eram todos oficiais militares, não era polícia civil não, eram oficiais militares do Exército. Então, já tinham um conhecimento grande sobre mim, levaram fotografias minhas, coisas de criança e da adolescência. E quando eu entro lá no DOI-CODI, um deles veio me receber e disse: "Pô Álvaro, você sendo um jornalista, ganhando bem no *Jornal do Brasil*, um jornal respeitado, porque você tem que fazer isso, cara? Você não pensa, não?" O cara não entendia porque eu e outros tínhamos feito opção desse nível na situação que eu estava, por exemplo, mas eu fiz, nós fizemos. Naquele momento ali, eu não tinha muito como escapar disso não.

**Quanto tempo você ficou na prisão e onde você ficou preso?**

Eu fiquei nessa oficina de torturas que era o DOI-CODI, ali na Barão de Mesquita, quartel do I Batalhão de Polícia do Exército. Fico preso lá dois meses mais ou menos. Ali é uma fase inicial apenas que é uma espécie de triagem que eles fazem e todos os presos passavam por lá porque lá era o centro de tortura. E qual era o objetivo primordial da tortura? Informação, quer dizer, destruir o preso pela pressão, pela dor e obter informação para realizar novas investigações e novas prisões. Era um modo contínuo que não para. E naquele momento que eu entrei, estavam com o DOI-CODI, cheio tanto que eu e o René ficamos num quarto num andar térreo ali, onde funcionava o centro de tortura levando porrada de um e outro que passava e chutes, até sermos levados para a sala mesmo da tortura. Ele primeiro do que eu, por quê? Por que tinha gente na sala, eles estavam torturando outras pessoas. Aí quando eu sou levado, o René estava sendo retirado, eu vejo ele passar já arrastado, cheio de sangue no corpo. Aí é a tortura, tortura que está relatada no meu "Tirando o capuz", o meu livro em que eu conto em detalhes a tortura, a reação, a dor, o isolamento. É uma situação limite de vida mesmo, acha que não vai mais sair daquilo, que não tem como sair daquilo. É uma coisa covarde, não é, uma arbitrariedade que visa também massacrar o preso, fazer com que ele renegue àquilo que ele tem de mais valioso, que é o quê? A identidade dele, a relação dele com os amigos, a lealdade dele ao Partido. Porque a tortura faz com que a pessoa se renegue a esse ponto, procura fazer isso, não é. Então, eu fiquei ali por dois meses, eu presto o primeiro depoimento depois da fase de porrada ali, em que você fica à disposição porque você pode voltar. De repente, eles querem checar alguma coisa: entrou um novo preso – o que ocorreu comigo – que falou alguma coisa a meu respeito que eles não sabiam, eles vão lá e me levam, muitas vezes me põe frente a frente com essa pessoa para verificar quem estava mentindo. E no meio, é claro, ameaças todas, violência, pau de arara. Se houve algo em que a ditadura investiu foi a tortura, treinou gente para torturar e trouxe *know-how* francês da Argélia, trouxe *know-how* americano de contraguerrilha, trouxe *know-how* de todo lado e formou gente para isso. Então, eles sabiam fazer, não eram amadores torturando, é por isso que não se pode anistiar torturador: eles são criminosos, eles praticaram um crime, estão fora da Lei de Anistia, não é um crime político, tortura não é um crime político. Então, eu fiquei ali por dois meses, iniciaram um processo ali e dali eu passo para o DOPS, que era um paraíso na época. [risos] Todo mundo queria ir para o DOPS porque lá não tinha tortura, só aquele ambiente meio... sei lá, aquela coisa meio medieval, aqueles elevadores antigos, aquelas escadarias pesadas, aquelas celas estranhas. Tinha uma cela, uma solitária que dava medo, mas eu fiquei numa cela maior chamada "maracanã" em que ficava todo mundo lá. E dali eu fui levado para a Vila Militar, onde então eu

fiquei o maior tempo da minha vida carcerária, no quartel da Vila, no Regimento Sampaio, na Vila Militar. Os militares do Exército transformaram os seus quartéis em prisões militares, a Vila Militar foi ocupada por presos, tinha muito preso. Então, tinha gente no Sampaio, onde eu estava, tinha gente no Marechal Deodoro, que era próximo – tudo na Vila – e gente no [regimento de] Material Bélico, todos os quartéis viraram prisões. E cabia a eles, então, o papel de carcereiros: regulamentar visitas, quem podia e quem não podia. Era uma visita semanal e havia todo um constrangimento nessa relação de prisioneiros e... E nós éramos chamados por eles de terroristas.

**Nessa época da prisão, como você tinha notícias do que estava acontecendo lá fora? Como as notícias chegavam até você?**

Aqui volta ao jornalismo, porque eles censuravam tudo, até as cartas. Eu escrevi uma carta para a Sueli, a carta era lida pelo oficial S-2 – S-2 era a designação do Setor de Inteligência – então, o oficial lia a carta e, se ele considerasse que eu não estava fazendo nenhuma coisa errada, subversiva ou pecaminosa, ele entregava. E da mesma forma, as cartas que a Sueli me mandava. Então, não poderia entrar livros, a não ser que fosse uma coisa... qualquer coisa que tivesse uma conotação russa não poderia entrar, [Jean Paul] Sartre, por exemplo, não poderia entrar porque era uma coisa escandalosa você pensar nisso. Pensar que não poderia ler Sartre porque ele era comunista e como você vai discutir com o cara e dizer que Sartre nunca foi comunista? [risos] Ele não ia entender nunca. Então, nós fazíamos o seguinte nessa fase mais dura... Inclusive quando aconteceu os seqüestros lá fora, a gente “pagava o pato” lá dentro porque apertava a repressão, suprimiam a visita, suprimiam qualquer contato externo. Nós ficávamos dependendo de algum soldadinho que de repente contava alguma notícia para a gente. Mas ali no Sampaio, nós éramos nove prisioneiros numa cela grande que servia para eles prenderem soldados. Para mim, uma coisa vantajosa nisso aí é que era grande e tinha uma janelinha em cima, tinha espaço para circular, porque eu sou claustrofóbico. Então, eu sofri muito quando estive em selinhas menores e fechadas ou até quando era conduzido em camburão. Muitas vezes eu fazia um discurso e apelava para eles me tirarem da parte traseira fechada do camburão, eu entrava em pânico. Então, a cela, para a minha graça, era grande e tinha uma janelinha em cima e podia circular a vontade. E as famílias se reuniam uma vez por semana, pois nós dividimos as famílias como se fossem editorias de um jornal: a Sueli, numa semana, ia trazer notícias da área política; a mulher do René ia trazer notícias da área internacional; a mãe do Bruno, a dona Josefa – que era uma louca que perturbava pra caramba porque ela tinha uma disposição de luta incrível – trazia



notícias da cidade do Rio de Janeiro. Então, cada um na visita recebia um monte de informação, depois que a visita ia embora, - era uma hora, uma hora e meia de visita. E a visita era pesada porque tinha um policial do teu lado com uma arma, um sargento, um cabo ou um soldado ficava lá para ouvir o que vocês estavam conversando. Então, a gente fazia uma reunião de fechamento do jornal na cela e aí cruzava as informações: está acontecendo isso, está acontecendo aquilo. Era a forma que a gente encontrou... Depois até escrevemos isso e bolamos um jornalzinho interno que fazíamos a mão, era manual, pegando pedaços de papel que tínhamos e fazíamos. Então, depois abriu um pouquinho mais, podia entrar livros e começamos a estudar alguma coisa de economia e de história, ou até algum romance que pudéssemos ler. Mas era muito difícil se informar, só quando a gente saiu da cadeia, a gente teve noção do que aconteceu no Rio, já tinha mudado muita coisa na cidade em termos de moda e de comportamento.

**Álvaro, quando e como você consegue sair da prisão?**

Eu sou indiciado em dois processos: um processo de militância, que não era difícil comprovar que eu era membro do PCBR, eu próprio admiti isso e, diante de tantas evidências, não dava mais para negar que eu era membro do PCBR. Então, ser membro de uma organização entre aspas terrorista ou revolucionária era crime contra a Lei de Segurança Nacional então vigente. Então, já fui indiciado nesse processo como membro do PCBR. E entrei num outro processo de assalto a banco. Então, eu tinha dois processos e, nessa fase, eu estava ali na Vila Militar, sou tirado e levado para auditoria que é onde o processo corre. Eu ia dentro no camburão, na janelinha, olhando a cidade, olhando os cartazes de publicidade, vendo aquele povo na rua andando. Eu pensava: "Pô, a vida está normal! Eu é que estou aqui dentro desse camburão, mas a vida continua normal aqui, caramba! A ditadura não acabou com a vida não!" Eu chegava na auditoria e prestava o meu depoimento, era a hora da denúncia, eu podia ali denunciar: "Olha, eu fui torturado!" perante o juiz militar, só que ele não permitia falar de tortura. Ele dizia: "Não, você tem que dizer maus-tratos." Mas eu dizia: "Não, eu fui torturado." Mas não cabia falar sobre tortura na auditoria. Mas a auditoria era boa porque ali estava a minha família, estava ali a Sueli com o meu filho, se a minha mãe estava no Rio também ia lá, o pessoal do JB estava lá, os meus amigos estavam lá. Então, você encontrava o mundo nessas duas horas que você passava na auditoria, depois entrava no camburão, voltava para a cela e retomava a sua vida lá. No primeiro processo que eu fui julgado sobre a organização, eu peguei dois anos e meio, mas eu já tinha cumprido, pois quando o processo foi julgado, eu já estava no final de dois anos e meio de prisão, de cadeia, já. Mas eu não podia sair, mesmo que já tivesse

cumprido porque eu estava indiciado em outro processo. Então, eles não me soltavam e era a Justiça Militar e o advogado tinha extrema dificuldade em trabalhar com a gente, para conversar com a gente, para formular a defesa. Vocês imaginam como é uma ditadura funcionando ativamente, é terrível! Os advogados sofreram muito porque muitos deles foram presos também. O meu advogado, Augusto Sussekind, junto com outros, foram presos, foi intimidação mesmo. Então, ele recorreu da minha condenação pela auditoria e, no STM (Superior Tribunal Militar) reduziu a minha pena no processo sobre a organização para um ano e não sei quantos meses, quatro meses, me parece. Mas aí, logo depois, eu consegui ser desvinculado do processo da ação, pois eu provei que não tive participação nenhuma, então, o procurador que fez a denúncia retirou. Então, eu saí depois de ter ficado dois anos e meio com uma pena menor porque no STM a pena caiu para pouco mais de um ano, quer dizer, além deles terem me prendido e me torturado, ainda ficaram me devendo quase um ano e pouco de cadeia que eu não fui condenado.

**Quando você saiu, você teve alguma dificuldade para conseguir emprego e voltar a trabalhar em jornal?**

Sim, eu saí numa fase muito dura ainda, pois eu saí no início de 1972 – no início não, em julho de 1972. Quando eu saio, evidentemente a Sueli tinha tido muita dificuldade, mesmo porque ela ficou sustentando a casa sozinha, ela trabalhava no *Jornal do Brasil*, nessa época, e também trabalhava no *O Jornal* e depois ela passou para a *Folha de São Paulo* ou na *Gazeta Mercantil*, num dos dois. Teve um lance nessa noite em que eu cheguei em casa muito engraçado. A Flavia que não me conhecia em casa – ela já estava com dois anos indo para três, me visitou algumas vezes na cadeia, é claro – e, quando chega a noite, eu estou em casa e chegam alguns amigos lá, saíram e eu estava me preparando para dormir e a Flavia me pergunta: “Você vai dormir aonde?” E eu digo: “Eu vou dormir aqui, uai!” – “Mas você não mora aqui!” [risos] De fato, eu não morava lá, pois ela nunca tinha me visto dormindo em casa, como pai. – “Você não mora aqui, como você vai dormir aqui?”. Mas aí a minha primeira procura foi o *Jornal do Brasil*, natural, era onde eu estava, mas agora é digno de louvor eu fazer o registro de que o pessoal do *Jornal do Brasil* me tratou muito bem, inclusive nessa fase de inquérito, Lemos e Dines foram depor a meu favor na auditoria, prestaram depoimento, os meus chefes lembraram das minhas qualidades, das minhas... sei lá, fizeram uma defesa minha do lado profissional. Então, foi um favor que me prestaram e que mostra o caráter deles, pois eles foram lá depor e, se fossem outros, não iriam querer se envolver com um “subversivo” porque poderiam também ficar marcados por causa disso. Eu

voltei ao JB e a chefia de reportagem, nessa época, era o Armando Strozenberg, que hoje tem uma agencia de publicidade grande. Mas fui recebido quase com foguete: "Pô, quando vão vir as 'memórias do cárcere'?". Festa e alegria, mas emprego não! Aí era pedir demais também, pois a ditadura ainda estava forte e o jornal era muito marcado, eu era muito visado por causa da cadeia, militância, assalto a banco e o escambau que quisessem atribuir a mim. Então, fui recebido bem, mas emprego realmente não dava e eu comecei a peregrinar aí: aonde é que eu vou conseguir? *O Globo* nem pensar! Na sucursal do de um jornal de São Paulo, talvez. Mas aí eu comecei a fazer "freela", foi uma das fases que eu comecei a fazer "freela" para poder sustentar a casa também. E aí me aparece o José Trajano, que está na [emissora de TV] ESPN, jornalista de esporte que tinha trabalhado na minha época na JB, e me chama então para ir para o *Jornal dos Sports*. Então, eu faço a minha reinserção ao mercado de trabalho jornalístico via o cor-de-rosa, o *Jornal dos Sports*, e sou designado para cobrir o Botafogo. Vascaíno que sou, imagina que eu não me senti muito a vontade cobrindo o Botafogo não. Eles treinavam na [rua] General Severiano, o campo deles era no [bairro de] Botafogo mesmo. Então, eu gostei de cobrir esportes, fiz com prazer e com satisfação, pois eu sempre gostei de esporte também. Aí me ocorre um outro episódio totalmente inesperado que é a minha terceira prisão, quando eu estava no *Jornal dos Sports* começando a desenvolver a minha atividade no jornalismo esportivo, eu sofro um seqüestro em casa. Num determinado dia... é eu não estava mais militando, é importante ter em mente isso, eu não era mais um militante, tinha relações com gente que estava no PCBR e em outras organizações porque eu não podia também me acovardar diante da vida. Mas não tinha nenhuma militância, encontrava as vezes, chamava lá para a casa gente que tinha sido presa, mas era uma coisa festiva de comemorar a nossa liberdade, etc. Mas aí eu sou preso, quer dizer, sou seqüestrado, aparece um grupo armado lá em casa numa tarde em que eu estava me preparando para ir ao *Jornal dos Sports* fazer o meu jornalismo de trabalho, apertam a campainha, meu filho vai abrir a porta e encontra um bando de homens armados com metralhadora, fuzis e armas pesadas. A Sueli me grita de lá quando vê o que está acontecendo e pergunta o que é os caras não deram nenhuma satisfação evidentemente porque era uma turma do DOI-CODI. E eu sou levado, eles estavam com mais de um carro lá embaixo, eu sou colocado dentro de um carro, no banco traseiro, me mandaram deitar, me colocam um óculos com um tampão no rosto. Pisam em cima de mim quando eu estou deitado no banco traseiro e tocam o carro para onde, eu não sei. Só vou saber para onde estamos indo... Começaram a me perguntar se eu tinha feito alguma viagem e o que eu tinha feito nos últimos dias. Havia uma acusação ali implícita que eu não sabia o

que era. Quanto me mandam descer do carro, eu estou num lugar que eu sinto a presença do mar, imagino que seja uma praia em São Conrado, eu não sei, senti um cheiro forte de mar. E nesse local, começaram uma sessão de tortura rudimentar covarde e estúpida em que começam a me chutar, me dar socos e a me bater com cassetetes, me perguntando se eu tinha feito uma viagem e para onde eu tinha feito essa viagem. Se eu estou militando é uma coisa, eu estou preparado para uma prisão. Preparado para a prisão, não! Ninguém está, mas eu sei que eu corro o risco de uma prisão, faz parte da decisão que eu livremente tomei. Se eu não estou militando, eu não sei caramba! Eu não fiz viagem nenhuma, que porra é essa?! E ali eu sofro uma tortura de não sei quantos minutos, sangro e sinto dores pelo corpo todo porque eles me bateram muito, muito rudemente assim. Porque no DOI-CODI se batia com técnica e essa foi uma tortura estúpida. Aí volto para o carro e me elevam para onde? Para o DOI-CODI, um lugar que eu já conhecia e, quando eu entrei ali, eu fiquei em pânico também. - "Putá que pariu, voltei para o DOI-CODI." Aí mais uma sessão de horror, de completo horror, eu fui colocado numa cela dessas preparadas para tortura mesmo, que tem som, calor ou frio que eles alternam lá para aumentar diversas coisas, a intranqüilidade do prisioneiro que está lá dentro. Então, sou deixado ali, durmo essa noite e, no dia seguinte, começo a receber visitas de militares e começa o interrogatório a respeito dessa viagem que eu não fiz. É uma coisa maluca, você não imagina, eu comecei a tentar reconstituir os meus dias para provar para eles que eu não tinha viajado. Então, eu disse: "Na semana passada, eu estive no Departamento de Trânsito para emplacar o meu carro e, no outro dia, eu fui não sei aonde. Todos os dias eu fui ao Botafogo porque eu cubro o Botafogo para o jornal. Vai lá no Botafogo e pergunta ao Jair Marinho, pergunta ao Jairzinho, pergunta ao Leônidas que é o técnico, eles vão comprovar que eu fui lá todos os dias e que eu não viajei." É uma coisa louca você ter que comprovar algo que você fez e eu tentando lembrar fatos que comprovassem isso. E nessa procura, eles prendem o técnico do Botafogo, o Leônidas, prendem o neguinho Leônidas que foi um excelente zagueiro também, chegou a jogar na seleção e era então técnico do Botafogo. Prenderam ele para confirmar a minha versão de que eu ia lá. Mas eles não se deram por satisfeitos com isso, eu tinha que fazer uma viagem, que é o capítulo de abertura do meu livro "Tirando o capuz", chama-se um fantástica viagem. Então, num dia ou numa noite, eu estava lá na minha cela solitariamente pensando na vida, entra dois caras, um segurando uma bacia e eu vejo um aparelho de barbear na mão do outro. Eu pensei: "Caraca, vão cortar o meu pescoço aqui!" Os caras chegam e começam a me barbear, tiram a minha barbicha e limpam a minha cara, como se eu estivesse numa barbearia. Quase que eu peço a eles: "Vocês não tem uma água fria para eu

passar no rosto não?" [risos] Eu fiquei imaginando o que estava acontecendo porque eu já tinha recebido visita de vários outros, inclusive do próprio comandante do DOI-CODI. Ele passou por mim e me olhou, perguntou o que tinha acontecido e eu contei que tinha levado umas porradas. Ele falou: "Não, acho que foi um frenesi que passou por cima de você, não foi não?" Que cara escroto, não? Era um general comandante. Bom, no dia seguinte, eles fazem uma viagem comigo, uma equipe me tira da cela, me botam num taxi – eles trabalhavam com taxi para você ver o nível do despiste deles – era um taxizinho fusquinha sem o banco da frente. Sentei eu e dois caras no banco do meu lado. Botaram o mesmo oclinho tampa olho, que é um óculos que tem espuma de borracha em cima do olho para eu não ver o exterior. Eu entro nesse taxi e me levam, eu fiquei imaginando: "Tô andando de taxi aqui pela cidade do Rio de Janeiro preso sem saber para aonde estou indo." Eu perguntei a um oficial: "Vocês estão me levando para onde?" Ele falou: "Nós vamos para o sul." Eu fiquei com isso na cabeça: estou indo para o sul. E quando o taxi para, eu desço na base aérea do Santos Dumont, tem um quartel militar ao lado do [aeroporto] Santos Dumont. Eu entro no avião com o oficial, um torturador, faço uma viagem de avião que eu não sei para onde foi, até hoje eu não tenho a localização exata dessa viagem. Desço lá e sou levado nas mesmas condições, sou colocado deitado dentro do automóvel com um olho tampado e sou colocado dentro de uma delegacia. Eu posso presumir que era um local usado pelo DOI-CODI local para torturar preso. E lá sou levado, depois de ter sido jogado numa selinha imunda num colchão todo rasgado, eu sou retirado dessa cela e levado para uma sala assim grande com uma luz em cima de mim e imaginei que seria torturado ali. E aí o cara me manda sentar: "Senta aí!" Tinha uma cadeira lá e daí a pouco fiquei sozinho e olho para um vidro e eu falei: "Caramba, essa aí deve ser a famosa operação manjamento." Tem alguém do outro lado [do vidro] que você não está vendo, pois o vidro só permite ver de um lado. Tem delegacia de polícia que usa muito esse vidro em que testemunhas vão reconhecer alguém mas não querem ser vistas. Aí o torturador entrou de novo, me mandou tirar o óculos e ficar de lado e ficar assim e eu constatei que estava realmente sendo observado. E a estória finalmente fechou – quer dizer, uma parte da estória - de que alguém tinha me identificado e eu fui preso porque uma pessoa que tinha testemunhado uma ação qualquer e foi lhe mostrada uma relação de fotos de subversivos entre os quais estava a minha foto. A testemunha deve ter botado o dedo em cima da minha cara e eles fizeram esse último lance de fazer essa checagem e me levaram lá. Findo esse reconhecimento, o oficial veio e me tira, eu já estava em pânico, com um medo danado, e eu perguntei: "E aí, o que houve?" Ele disse: "Não, você não foi reconhecido." Então, o cara lá que podia ter me matado e que criou essa estória,

na hora, quer dizer, me vendo, ele não me reconheceu. Então, eu volto com eles no dia seguinte, durmo lá uma noite feliz e me dão o direito de tomar um banho, pois eu ainda não tinha tomado. Eu volto no dia seguinte para o Rio com a mesma equipe e no mesmo aviãozinho militar com o capuz enfiado na cabeça durante o voo todo. E aí me soltam quando voltam ali do aeroporto mesmo, eu estava de bermuda e chinelo de dedo, pois foi assim que eu tinha sido preso em casa. Eles me soltam e combinam entre eles alguma coisa e me dão o equivalente a dez reais na época para eu pegar um taxi e voltar para casa. Me mandam não olhar para frente para não ver a placa do carro deles e saio dali com essa merreca no bolso, pego um taxi e o motorista me olha porque eu estava com olho inchado de levar porradas, o olho inchou muito. O motorista me viu naquele traje e falou: "Vamos para onde garotão?" Eu falei: "Vamos para Copacabana, por favor." Quando eu chego em casa, você imagina o susto que foi porque eu estava há uma semana desaparecido. Eles não admitiram essa minha prisão mesmo porque havia a possibilidade deles me matarem. Nem o advogado que entrou com habeas corpus em todos os tribunais, nenhum quartel... A Sueli e o meu advogado percorreram DOI-CODI, delegacia de polícia, IML e o escambau e ninguém dava notícias minhas e eles disseram para a Sueli no Exército: "O Álvaro não está com a gente." E eu estava no DOI-CODI com eles.

**Com toda essa sua história, qual foi a sua sensação quando o Vladimir Herzog apareceu morto?**

É uma sensação... Tem a vantagem e a desvantagem de eu ter passado por isso, não é, de eu conhecer o porão. Eu conheço o porão, eu estive nele. O Vladimir, eles assassinaram o Vladimir com menos de 24 horas nas dependências da OBAN [Operação Bandeirantes], em São Paulo. Foi uma sensação de horror mesmo, de tentar fazer tudo para desmascarar essa farsa que estão tentando apresentar de que o cara se suicidou. Não conheço nenhuma história de gente que tenha se suicidado ali, sei de gente que se matou depois pelo efeito de seqüelas da tortura, como aquele frei amigo do frei Betto... Frei Tito, que se mata na França, ele foi mandado para um convento lá e se amarra numa árvore e se mata. Por quê? Porque o [Sergio Paranhos] Fleury, animal torturador, estava nos sonhos dele, na cabeça dele, ele não conseguiu se livrar. Mas matar ali dentro da tortura – muita gente foi morta lá também – mas a morte do Vlado, por um lado, teve esse efeito de denúncia, porque o Vlado, além de ser uma pessoa muito querida e um profissional exemplar, era um homem que não estava ligado a essa contestação mais dura contra o regime. Ao contrário, tinha uma atividade muito mais leve, então não era o caso de matar. Estava tão impune essa prática desses porões da

tortura, tinha tanta arbitrariedade, tinham tanto arbítrio para fazer o que bem quisessem, que eles podiam matar e mataram. E mataram estupidamente, não tem explicação nenhuma. Outras pessoas morreram, pouco antes de eu entrar no DOI-CODI, o Mario Alves foi assassinado lá dentro, torturado e empalado lá dentro. E Mario é um corpo até hoje desconhecido, é um dos desaparecidos brasileiros.

### **Qual era a atuação do Sindicato dos Jornalistas nesse período?**

Os sindicatos durante a ditadura sofreram uma repressão muito forte, toda liderança combativa de esquerda, ou no mínimo que defendesse os direitos dos trabalhadores, foi afastada porque os sindicatos sofreram intervenção. O sindicato sofreu intervenção e ficou nas mãos de uma junta e depois foi sucedida... Bem, o primeiro presidente que entrou depois dessa junta, ainda durante a ditadura, foi um cara chamado José Machado, que tinha trabalhado no JB já e ele era um cara dócil, digamos, era um cara que não iria incomodar a ditadura. O Zé Machado ficou lá alguns anos até... Quer dizer, depois que eu saí da cadeia e comecei a trabalhar, eu estava no *Estadão*, lá pelos anos 1980, nós fizemos uma campanha e conseguimos tira-lo da direção do sindicato, mas ele ficou lá uns três ou quatro mandatos.

### **Quem entrou no lugar dele?**

Foi o Caó, Carlos Alberto Oliveira. Houve uma reação conjunta de todas as redações e fizemos uma chapa única com o Caó para presidente, assembleias grandes no sindicato e na ABI [Associação Brasileira de Imprensa], no Teatro Casa Grande. Então, o Caó sucede o Machado. Eu até cito o Machado no "Tirando o capuz" também por causa de um fato em que ele nesse momento de desespero em que estavam me procurando, a Sueli, os advogados e o meu pai, eles foram ao sindicato e pediram uma interferência do Machado, pois sabia-se que ele tinha boas relações com o pessoal do I Exército. E ele fez uma gestão para o I Exército que informa a ele que eu não estava preso na sua área e foi essa a informação que ele passou à minha família. Eu cito inclusive essa busca insólita a história do Machado que foi procurado, mas as fontes dele informaram que eu não estava no I Exército.

### **Álvaro, qual foi o seu envolvimento com a imprensa alternativa?**

Eu tive um grande envolvimento. Eu poderia até, aproveitando esse gancho aí, eu tive quatro fases na minha vida como jornalista: tive a formação estudantil, a atuação na imprensa estudantil, como eu falei; depois estive na grande imprensa, que é um período grande aí que fica no meio; no meio da grande imprensa, eu tive um jornal alternativo, que também foi um momento que esse jornal estudantil

crece... Quer dizer, nós não estávamos satisfeitos com o nosso trabalho nos jornais, daí nasce a imprensa alternativa e ela é uma brecha que muitos profissionais de jornais como eu procuravam usar. E tive uma quarta fase, digamos, sintetizando isso, a fase de minha independência: foi a fase em que eu enchi o saco de jornal, o jornal já não me satisfazia mesmo porque tinha havido uma mudança grande na forma do jornalismo ser feito. Havia um constrangimento maior, chefias mais rigorosas no sentido de... Chefias que já não representavam a redação mais, estavam representando muito mais a direção do que a redação. Então, é a hora em que eu saio e saio por livre e espontânea vontade do jornal e vou abrir uma pequena empresa chamada "Tiro de Letras", que se presta a quê? A fazer jornal, editar revistas, dar assessoria, mas dar assessoria muito seletivamente. Tanto que me disseram: "Você não vai sobreviver, se você ficar escolhendo os teus assessorados." [risos] Mas eu e os meus sócios, Marcos Aarão Reis e Tareco, rejeitamos muito, mas sobrevivemos bem com a "Tiro de Letras". Eu tenho quatro períodos e o último é o de professor, que foi onde eu fui parar com essa história toda. Eu estou gostando muito de ser professor, é um tipo de atividade que me renova, que ajuda a me renovar, a me colocar em dia com o que está acontecendo, é uma troca de informação muito interessante. Bom, na [imprensa] alternativa, que surge ali pelos anos 1970 ainda, é quando começa a surgir com uma variedade incrível, porque tinha jornais políticos mesmo, como o *Opinião*, que é um dos primeiros a surgir e que é bancado por um empresário liberal, o Fernando Gasparian. Depois surgem aqueles mais ligados a partidos de esquerda mesmo, um deles é o *Movimento*, que é um jornal que manteve uma ligação com o PCdoB [Partido Comunista do Brasil], do Raimundo Pereira, e aqui no Rio a sucursal era chefiada pelo Marcio Bueno. Surge o *Em Tempo*, que é um jornal que eu trabalhei e ajudei a fundar com uma espécie de frente de esquerda em que todo mundo era militante. Aquele conselho editorial do *Em Tempo*, se você fosse somar as penas de cadeia que todos os seus membros tinha, daria mais de cem anos. [risos] Então, para você ver que era um jornal visado, a gente recebeu muita carta anônima e muito telefonema anônimo: "Esse jornal é de comunistas e de terroristas..." E tinha jornais puramente de comportamento que também não se conformava com a ditadura, como um jornal chamado *O Beijo* – não sei se você já ouviu falar n' *O Beijo*? Que era um jornal... eu acho que o Tim Lopes já trabalhou n' *O Beijo*. Era uma turma que, se fôssemos dividir em guerrilheiros e hippies, tinha uma turma de comportamento mesmo, de "paz e amor" e do "sexo, drogas e *rock'n roll*", a turma da viagem. Mas todo mundo estava insatisfeito com a ditadura e aí cada um procurava se manifestar da sua maneira. Em São Paulo, teve o *Bondinho*, teve o *Ex*, que já é uma denominação ao anterior que foi fechado. Então, foi muito



grande eram jornais que sobreviveram às duras penas porque não tinha publicidade, pois qual era a empresa que ia anunciar num jornal desses? A não ser que você fosse amigo de um cara que tivesse uma empresa e botasse um anúncio lá, um sindicato, uma confederação, um coisa dessas. E a censura! Se a censura já atrapalhava os grandes, imagina os pequenos. Houve uma época – nessa época, eu acho que era isso – em que os textos iam para Brasília, eles tinham um departamento de censura no Ministério da Justiça lá em Brasília que ia analisar isso. Então, se o cara quisesse, ele retinha aquele texto. Você estava com o jornal para fechar aqui e o cara segura três ou quatro matérias lá por uma semana, o que você pode fazer? Então, no meu caso, um outro jornalista, o Paulo Cesar Araujo, que trabalhou comigo no JB, na *Folha* e depois no *Estadão*, o PC – que já morreu, infelizmente – a gente ia para esses jornais e se apresentava mesmo como um “freela”: “Olha, vocês estão precisando de alguma coisa?” Ou o conhecimento que eu tinha era suficiente para alguém que estava editando alguma coisa me chamar: “Olha, nós estamos precisando de uma matéria nessa área aqui, você pode fazer?” Então, a minha a minha relação com o *Movimento*, o *Opinião* e o *Pasquim* foi mais dessa forma. Já com o *Em Tempo* não, eu tive um envolvimento direto, então, a minha responsabilidade e a função de direção era presente, participei de reuniões para definir a linha do jornal e o local da sede que nós iríamos alugar. Numa sala aqui na Lapa, tinha uma redação, mas a redação principal era em São Paulo. E o *Em Tempo* era uma frente mesmo, tinha gente em Minas, em São Paulo e cada grupo com uma visão política, pois era originário de uma organização. E vocês sabem como é que essas organizações se racharam e dividiram por um excesso de autoritarismo interno porque a gente não aceitava divergência. Quando, numa organização dessas, pintava uma divergência política em relação à método e à etapa da revolução, inclusive, era uma coisa terrível! Tinha grupos que defendiam uma etapa socialista e outros defendiam que, antes da etapa socialista, deveria haver um governo popular revolucionário para chegar ao socialismo. E isso, cara, quebrava o pau! Eram noites e noites e que saía na porrada! E quem divergia e perdia discussão, saía da organização e fazia outra. Foi assim que foi nascendo muitas organizações: a Ala Vermelha, que era uma dissidência da ALN, nasceu assim. E a própria Dissidência, que o próprio nome diz que era uma dissidência, ela produziu rachas internos: tinha a DDI, que era a dissidência da Dissidência! [risos] Parece engraçado olhar hoje e ver como éramos sectários, uma coisa terrível e meio mística que havia por trás disso. Já nessa fase não, eu tinha uma cabeça mais aberta, pois eu já tinha voltado e estava trabalhando em redação de jornal grande de novo, e o jornalismo alternativo ou nanico – ou outro nome que tenha tido – foi

o espaço que nós tivemos para ir além daquilo que os grandes jornais podiam e queriam publicar.

**E em que medida esse intuito conseguiu ser alcançado?**

Ah, em muito.

**Eu pergunto isso porque a imprensa alternativa vai enfrentar problemas...**

Vai. Problemas financeiros, de censura, de edição, de profissionais... vai enfrentar. Quer dizer, jornais desses profissionalizados eram uns quatro ou cinco. Era um pessoal que trabalhava mesmo com horário e que fechava [a edição], o resto contribuía, escrevia de graça. Então, mesmo com censura, veja você, já estava numa fase em que a esquerda estava destruída, exilada, morta, presa, mas começa-se a falar em abertura no governo do Geisel. Então, esses jornais tiveram uma importância muito grande para leitores interessadíssimos, leitores foi o que não faltou. Se você conseguisse botar [o jornal] na banca, você tinha leitor. O *Pasquim* chegou a ter uma tiragem de 300 mil, sei lá, ele era o mais diferente de todos: o mais engraçado, irônico até, o mais livre, que não tinha sectarismo de esquerda nenhum embutido dentro do jornal. Era aquela turma mais boêmia, mas muito talentosa: o Tarso de Castro, o Millôr e muita gente desse mesmo gabarito. Mas contribuiu para formar uma opinião porque haviam também textos de mais profundidade, artigos onde se comparava a situação do Brasil com outras. Coisas que talvez o censor não prestasse atenção e eram coisas mais profundas, não estava cobrindo o dia-a-dia, estavam cobrindo um pouco de história, política e comportamento. E com isso, ganharam espaço, acho que conseguiram atingir boa parte da população mais culta e mais politizada desse período e que não estava satisfeita com os jornais que tinham.

**Você se lembra por quanto tempo o jornal *Em Tempo* dura?**

Eu saí do *Em Tempo* antes dele acabar, mas ele ficou circulando... O *Em Tempo* era uma jornal no formato *standard*, não era nem tablóide, a maioria desses pequenos eram tablóides. Mas no *Em Tempo*, nós optamos por fazer um jornal *standard*. Ele circulou por uns quatro anos.

**E como que se financiava um jornal *standard*? É um jornal mais caro.**

É, tinha gente que financiava, na esquerda, também tinha gente de dinheiro. [risos] A equipe mineira do jornal, por exemplo, tinha entre seus membros um filho de um grande empresário da construção civil de Minas, que era o... não veio o nome agora. Então, esses caras tinham grana e faziam com que os pais

investissem grana nisso através deles. Eram dois irmãos até. E venda e contribuição também, a gente pedia dinheiro pra caramba. Eu mesmo chegava na redação do *Estado* [de São Paulo], por exemplo, e passava uma lista - "Estamos precisando de dinheiro para sustentar o jornal." - e mostrava o jornal para eles. E isso muita gente fazia e o jornal também tinha um custo em banca, mas também, é claro, era muito pouco para sustentar. Mas vinha desse trabalho de formiga, todo mundo procurava estabelecer uma cota de amigos que iam contribuir. Eu fiz uma reunião de gente do *Em Tempo* levando pessoas da sucursal do *Estado* que nunca tiveram atividade política nenhuma, mas que também queriam dar um apoio, entendeu? Pois a coisa também dá um sentimento de culpa em quem não está fazendo coisíssima nenhuma e sabia que tinha ditadura e que tinha gente presa e gente morta. Então, abria um espaço grande e a gente fazia reunião com muita gente que apoiava.

**Álvaro, você estava na *Folha de São Paulo* quando houve o atentado do Riocentro, não estava?**

Estava.

**É um fato que mostra que apesar da abertura política "lenta e gradual", havia também dificuldades. Você se lembra qual foi a possibilidade de se cobrir o atentado no Riocentro?**

Foi muito difícil, eu em lembro que já haviam ocorrido outros atentados antes no Rio, porque esses grupos chamados de mais radicais, o pessoal do porão mesmo, não tinha se contentado em já ter dizimado a esquerda toda. Já tinham prendido, matado e exilado, então, eles começaram a praticar atentados e atribuí-los à esquerda, às vezes sim e às vezes não. Antes do atentado no Riocentro, teve o atentado à bomba contra a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], em que a mataram a secretária, a dona Lida "não sei das quantas" [Monteiro da Silva]. Teve um atentado na Câmara de Vereadores contra um vereador de esquerda, atentados contra bancas jornais. Tudo isso praticado por esses grupos militares extremistas que eram contra a abertura e queriam criar fatos políticos para mostrar que os comunistas terroristas continuavam. E o atentado do Riocentro foi o cume, o cúmulo, o máximo porque eles colocaram em risco a vida de milhares de pessoas que estavam assistindo àquele show de 1º de maio [de 1981] lá. Eu me lembro que nesta noite, - eu chefiava a sucursal da redação aqui e o Zé Silveira era o diretor da sucursal - eu recebo um telefonema dele, mas eu já tinha ido para a casa, me avisando: "Olha, teve esse atentado e tem um pessoal que foi levado para o [hospital] Miguel Couto. Eu peguei um taxi, ele pegou outro e nós nos encontramos

no Miguel Couto, que é onde já estava aquele capitão Wilson [Dias Machado] que foi um dos autores do atentado e saiu ferido, foi levado para lá. Mas aí eles tinham virtualmente ocupado o hospital, oficiais a paisana do Exército, quer dizer, oficiais do DOI-CODI, onde o Wilson atuava. Então, eu fui com o Silveira, mas a gente não pode fazer nada em termos de ouvir o médico e saber o nome da pessoa que estava lá internada e sabendo que essa pessoa havia sido trazida de lá, mas agora informações não. E o tempo todo foi isso, toda a apuração, nós colocamos boa parte da sucursal em cima disso, era a grande notícia. Todo mundo tinha a plena vidência de que não foi grupo de esquerda nenhum, pois todo mundo sabia que não existia mais nenhuma esquerda organizada para isso. Mas fizeram um Inquérito Policial-Militar (IPM) que foi uma das grandes farsas da história recente brasileira e que conclui com essa informação de que os caras foram vítimas. O sargento [Guilherme Pereira do Rosário], que morreu com a bomba no colo, e esse capitão] foram, na verdade, vítimas de um atentado de esquerda, essa é a conclusão do inquérito. A Sueli esteve presente nesta entrevista final, houve uma coletiva onde o general, presidente deste IPM anunciou solenemente os fatos que ele “apurou”. Ela tentou fazer uma pergunta e ele se negou a responder: “Você não tem direito a fazer pergunta não!”. Então, isso ficou sendo uma verdadeira – deve até ter entrado em livro de história do Brasil – farsa. Até que – foi mérito d’*O Globo* – há uns anos atrás, não sei exatamente em que ano foi, *O Globo* descobriu esse Wilson, que não era mais tenente, era capitão ou major em Brasília e fotografou ele saindo do supermercado. E voltou a falar no episódio e um jurista ou a OAB entrou com um pedido de reabertura do inquérito e esse inquérito foi reaberto e, então, se desfez essa farsa. Eles foram julgados e receberam uma condenação pelo crime que foi praticado.

**Infelizmente, vamos fazer as duas últimas perguntas. A primeira é uma questão polêmica da atualidade, que é a questão das indenizações de jornalistas que teriam sido prejudicados pela ditadura. Qual é a sua opinião sobre isso?**

Essa questão exige um pouco mais... Primeiro, não são só os jornalistas que são indenizados, mas todas as pessoas que foram atingidas e tiveram o seu direito de trabalhar proibido pelo Estado passaram a ter direito, pela lei de Anistia, a uma indenização dessa perseguição política e desse impedimento de trabalhar. Eu mesmo sou indenizado e recebo a indenização, acontece que isso foi desvirtuado por picaretagem de todos os lados. Os jornalistas se tornaram notórios nisso porque e um ex-presidente do Sindicato, o Sergio Rodrigues – acho que é esse o nome dele – e que é filho do Nelson Rodrigues, resolveu se beneficiar e se utilizar

disso para ganhar dinheiro. Então, falsificaram atestado de prisões, falsificaram informações sobre a prisão de pessoas, diplomas, etc. Ele entrou, com o Sindicato por trás respaldando isso, entrou na Comissão de Anistia e conseguiu isso para muita gente que estava se aproveitando disso. Eu acho que há um absurdo em se pagar indenizações altíssimas, acho que, no meu caso, eu trabalhava no *Jornal do Brasil* quando eu fui preso e fiquei por dois anos e meio na cadeia. Eu me julgo no direito de receber uma indenização por isso, pela ditadura que abusou da autoridade dela. Eu era repórter do *Jornal do Brasil* e a lei permite que você receba o equivalente ao que você recebia na época em que foi preso. Então, eu fui ao *Jornal do Brasil* e pedi uma declaração, me deram eu levei para a Comissão. Eu recebo o equivalente a um repórter do *Jornal do Brasil*. Agora, o que fizeram outras pessoas? Não se contentaram com isso. Se neguinho era repórter do *Diário de Mato Grosso* e disse que hoje seria o editor do jornal e recebe o equivalente a um editor. Quer dizer, é picaretagem! Em todo lado, você tem gente que vai fazer isso, no caso dos jornalistas, mas não é só jornalista não. O pessoal da Petrobras, bancários, militares, todo mundo procurou tirar proveito da coisa, que era uma coisa séria. Deveria ser uma coisa direita e realmente respaldar quem comprova que teve participação e foi perseguido e preso, mas passou a ser qualquer um. Quem tem um tio que teve participação não sei aonde, entra com um pedido. E eles, a partir de um certo tempo, começaram a pagar o passado, por exemplo, a lei é de 1988, se o teu processo é aprovado em 1999, tem onze anos aí, esse passado dá um quantia, por exemplo, um milhão [de reais], essa quantia seria o equivalente aos anos decorrentes da Lei da Anistia até o momento das pessoas receberem. Isso é um absurdo! Isso não deveria ser pago a ninguém, se você só conseguiu hoje, você recebe a partir de hoje e de acordo com o que você recebia na hora em que foi perseguido. Não, neguinho não abre mãe, quer. Aí fica essa coisa absurda, essa coisa que causa constrangimento em todo mundo. O Ziraldo e aquele outro se viram envolvidos num episódio desse aí, mas isso também é muita incompetência porque eles não vão receber isso não, pois hoje o governo não paga essa indenização a mais ninguém, mesmo porque não tem direito para isso. Então, o cara vai receber o que ele tem direito a receber mensalmente e fixaram um teto também, eu acho que é quatro ou cinco mil [reais]. E esse passado, se for pago, vai ser pago parceladamente, pois ninguém vai receber um milhão. Mas aí há também por trás um interesse ideológico e político de desmoralizar a esquerda e desmoralizar quem entrou na luta. Por aí, se desmoraliza tudo, entendeu, não se explica à população o que de fato está acontecendo.

**E a última pergunta: qual é a sua opinião sobre um projeto como esse, que tenta resgatar a história do jornalismo brasileiro?**

Eu acho ótimo, eu acho que nós estamos carentes disso. Os jornalistas, de vez em quando, escrevem os seus livros ou dão depoimento para o Museu da Imagem e do Som ou coisa parecida e o Dines faz um bom trabalho ali no Observatório da Imprensa também. Mas eu acho que um trabalho desse para resgatar a memória mesmo do jornalismo nesses últimos anos, que foram anos muito atribulados e muito agitados, em que os jornais e o jornalistas tiveram uma participação importante nisso, eu acho muito bom. Eu acho é deixar isso, deixar essa história e abrir esses arquivos para os jovens, os nossos alunos lá na PUC-Rio [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro] e todo mundo que tem interesse pela profissão. Para ver que a profissão pode ser muitas vezes melhor do que aquela que lhes parece no momento e que é a grandeza do jornalismo, que eu fiz e que a geração que começou a fazer jornal comigo, fez jornal com muita nobreza e com muita dignidade, procurando realmente ser verdadeiro e fez com paixão isso, não é como agora... Então, é essa história que eu acho importante de ser resgatada, as jovens gerações tem direito de conhecer e devem conhecer, embora vão trabalhar numa redação diferente. Um bom repórter daquela época era acompanhado de três coisas: o repórter, o cigarro e a máquina de escrever, esse era um trio inseparável, não é. Em qualquer redação que você entrasse, você ia ver neguinho fumando e na maquininha, na Lettera 22 , batendo. Hoje não existe mais nada disso, cigarro é proibido e redação que deixa fumar não existe, a máquina de escrever acabou, hoje é computador que é muito melhor, é evidente! Máquina de escrever e computador... se você errasse, tinha que bater "xiszinho" em cima e hoje você corrige tudo ali, é uma facilidade imensa para quem escreve. E o repórter também, se vacilar, vai ser extinto um bom repórter nesses tempos. Temos que contribuir com os nossos alunos com as nossas histórias para eles acreditarem que podem interferir e que pode valer o trabalho deles.